

### ESCRITA . CINSAIO

Publicação bimestral da revista Escrita

Editor Wladyr Nader

Conselho Editorial Astolfo Araújo Gildo Marçal Brandão Hamilton Trevisan Marco Aurélio Nogueira

Arte Joca Pereira (capa) Sizenando, Bruno Liberati, Julio Cesar, Marcon (ilustrações) Joyce Buitoni (diagramação)

Uma publicação da Vertente Editora Ltda. Rua Monte Alegre, 1434 Fone: 62-3699 05014 - São Paulo (SP)

Composição/Impressão Empresa Jornalística AFA Ltda. Av. da Liberdade, 704 São Paulo (ŠP)

> Distribuição Abril Alfredo Tedeschini (Rio)

Registro na D.C.D.P. do D.P.F. sob o nº 1464 - P. 209/73

### INDICE

- 3 Apresentação
- 6 CARLOS ESTEVAM MARTINS: Reflexões de um Cidadão Mal Informado
- 16 JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO e LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Reflexões sobre a Crise Atual
- 28 EDUARDO MATARAZZO SUPLICY: A Evolução recente da Economia Brasileira
- 40 OCTAVIO IANNI: Notas sobre o bóiafria

5

6

8

4

46 — Bibliografia

3

### **PARTICIPAM:**

### **CARLOS ESTEVAM MARTINS**

Sociólogo e cientista político, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Autor de diversos livros e artigos sobre questões de ciência política, publicou recentemente Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil.

### JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO

Economista e professor do Departamento de Economia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Sua tese O Capitalismo Tardio está prestes a ser publicada.

### LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

Economista e professor do Departamento de Economia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Além de numerosos artigos, escreveu também Um Estudo sobre a Critica da Economia Política, tese de doutoramento em vias de publicação.

### **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

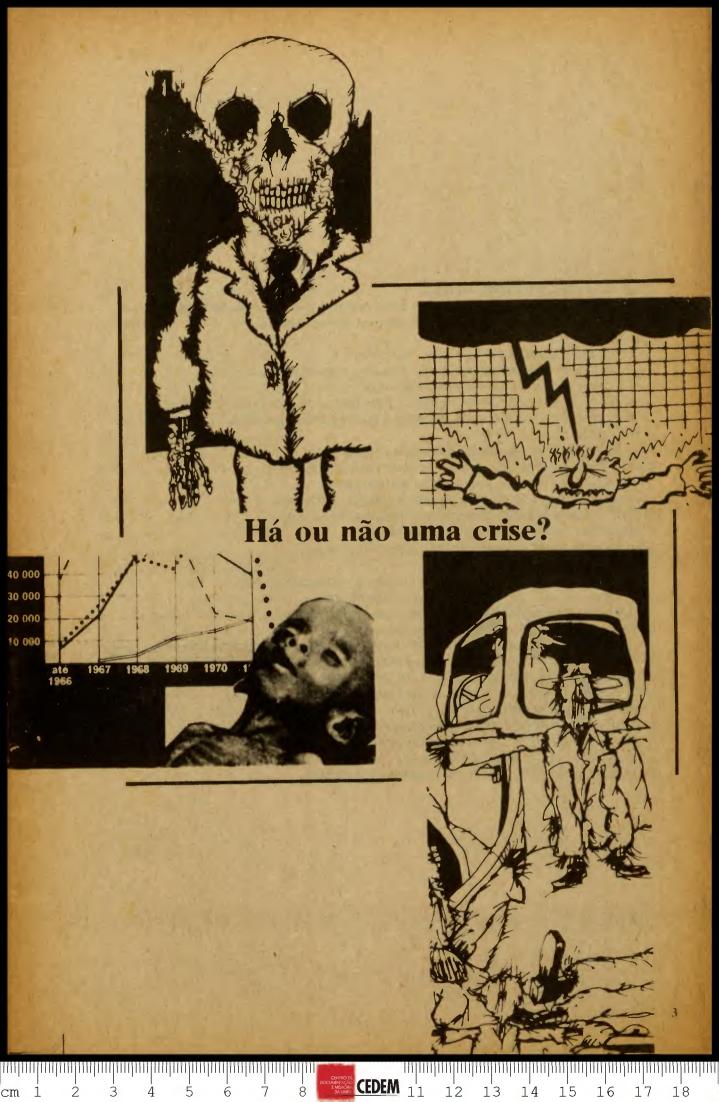
Economista, professor de Economia e chefe do Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Seus livros mais importantes estão arrolados na bibliografia que se encontra no final deste número. É colaborador assíduo da seção de Economia da Folha de São Paulo.

### **OCTAVIO IANNI**

Sociólogo, membro do CEBRAP e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Autor, além de numerosos artigos e dos livros citados no final deste número, dos seguintes trabalhos: As Metamorfoses do Escravo, Raças e Classes Sociais no Brasil, Sociologia da Sociologia Latino-Americana, Sociologia e Sociedade no Brasil, Imperialismo e Cultura, A Formação do Estado Populista na América Latina.

2

cm



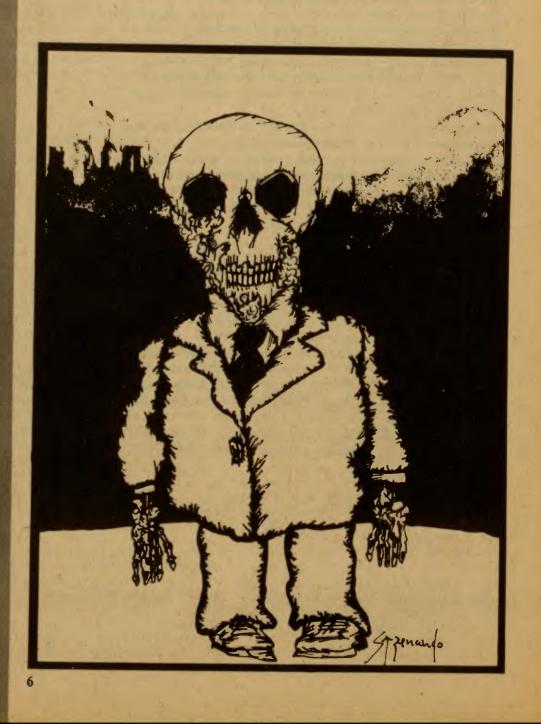
E, talvez por isso mesmo, de fundamental importância nos dias de hoje. A crise. O espectro da crise, a incomodar cientistas sociais, empresários e políticos, governantes e governados, o campo e a cidade. Tanto naqueles que defendem, como nos que negam sua existência, a consciência da gravidade da situação atual e da complexidade dos problemas impostos pela realidade brasileira emerge, com maior ou menor força, de diversas e contraditórias maneiras. Em torno da crise, o esforço. dos que buscam apreender suas determinações e seus desdobramentos, a partir de perspectivas diferentes e até mesmo opostas (e não poderia ser diferente), muitas vezes esgrimindo com a palavra (afinal, há ou não há uma crise?). Entre estes, por maiores que sejam suas eventuais divergências, o reconhecimento da existência de uma crise (com ou sem aspas) é patente e, de fato, tomado como ponto de partida. Do outro lado, a hipocrisia e a mistificação dos que pretendem encobrir o real com fantasias e apelos paternalistas, se não com atos e medidas arbitrárias. No interior deste grupo, muitos acreditam que a crise não passa de «uma grande bobagem, monumental idiotice», de um «fantasma que só assusta os fracos», nada mais do que um «pretexto para os oportunistas», «uma grande e gorda mentira» — conforme os versos estampados num poster de uma grande empresa. Chega a ser quase desnecessário afirmar que uns e outros são a personificação de contradições sociais. Repetimos o óbvio: a crise não existe em abstrato, ela é econômica, política, cultural. E o seu aspecto mais visível atualmente — o político —

O tema é por demais controverso.

ganha toda sua importância enquanto momento potencializado da crise de base. E não pode ser visto corretamente senão em sua vinculação a esta. Escrita/Ensaio, com os artigos incluídos neste seu segundo número e cumprindo a linha editorial traçada, pretende contribuir para o aprofundamento das investigações e debates sobre a atual crise brasileira, sobre sua real dimensão, suas determinações e seus possíveis desdobramentos. Contribuição esta respaldada pelo rigor científico, pela seriedade e pela flexibilidade teórico-metodológica (e não poderia ser de outra maneira). Preocupação central: fornecer um painel dos principais problemas e perspectivas da situação nacional que estamos vivendo e examinar as alternativas possíveis. Bem lidos, os artigos e ensaios deste segundo número mostrarão o elenco de questões e soluções propostas, e especialmente a diversidade dos enfoques diversidade que consubstancia diferentes propostas de intervenção no real. Assim, foram incluidos textos que discutem as vicissitudes da economia e da política econômica posta em prática, nos últimos anos, pelos técnicos governamentais; a crise política e um aspecto particular (o 'bóia-fria' e as transformações da estrutura agrária) da situação geral. Textos que não se isòlam nos rígidos muros da especialização científica, mas que se interpenetram e se completam, apesar (e talvez mesmo através) das diferenças de pressupostos e métodos analíticos, e da especialização do objeto que examinam. Em sua base, um denominador comum: o espírito crítico, científico, a preocupação de pensar rigorosamente a realidade brasileira. (MAN/GMB)

Carlos Estevam Martins

## Reflexões de um Cidadão Mal Informado



8 CEDEM 11 12 13 14 15 16 17 18

Como entender a conjuntura política que estamos vivendo hoje no Brasil? Quais são as suas linhas mestras, quais os seus traços distintivos? Em geral, seja qual for o país que se considere, nunca é fácil responder a esse tipo de pergunta: quanto mais não seja porque os homens quase sempre se enganam quando tentam compreender o cotidiano enquanto história. No nosso caso particular, o Brasil de hoje, as dificuldades que sempre existem são acrescidas pelo baixo nível de informação em que vivemos, fenômeno típico dos sistemas autoritários. A dimensão política de nossa existência coletiva decaiu a um tal ponto que os diversos membros do corpo social, além de praticamente desativados, estão condenados a saber muito pouco a seu próprio respeito e quase nada a respeito dos demais. De fato, o que sabemos nós, civis, acerca do que se passa no seio da corporação militar? E, vice-versa, o que sabem eles do que se passa entre nós? Que notícia têm os empregados do que está ocorrendo no mundo dos empregadores? E, viceversa, que empregadores podem dizer-se bem informados quanto ao que pretendem da vida os seus empregados? Assim por diante, a conjuntura atual torna-se bem mais nebulosa do que em si mesma já é por efeito desse profundo desconhecimento mútuo e do não menos grave autodesconhecimento que caracteriza a atuação das forças sócio-políticas, silenciadas pelas mordaças do autoritarismo reinante.

Felizmente, porém, embora estejamos privados do direito de ter certezas, nada nos impede de formularmos conjecturas, mais ou menos fantasiosas, com base nos poucos dados disponíveis. A primeira que nos ocorre — e que se impõe quase que com a força de uma verdadeira certeza — é a de que a conjuntura atual está visceralmente empolgada pela crise política. De fato, desde o último ano do governo Médici até os dias de hoje, foram acumulando-se, em escala crescente, os sinais de inconformismo com o regime em vigor. A cada dia que passa aumenta o número dos descontentes e, mais importante do que isso, diversifica-se o espectro dos descontentamentos. Não há quem não veja ou, pelo menos, não pressinta que as bases sociais do regime estão se estreitando e, já agora, vertiginosamente.

Mas, e daí? Para quem está acostumado a pensar em termos lineares a resposta é simples: a tendência em curso vai continuar a desenvolver-se até atingir o ponto em que os militares retornarão aos quartéis, o Estado de exceção dará lugar ao Estado de direito, as liberdades democráticas serão restabelecidas e voltaremos a ter uma vida política normal, institucionalizada. Numa palavra, logo chegaremos ao ponto de destino e a crise atual estará, então, resolvida.

Esse raciocínio, aparentemente lógico, claro e confortador, baseia-se, porém, numa premissa que a mim não me satisfaz. Ele pressupõe que os conflitos — objetivos e subjetivos — que ora dilaceram a sociedade brasileira, encontrarão mecanismos adequados de encaminhamen-

to e resolução no bojo do regime liberal-democrático a ser instaurado como desenlace da crise atual. Eu duvido disso e por várias razões. Minha suspeita é a de que a liberal-democracia admitindo-se que ela venha a ser restaurada entre nós, hipótese que, em si mesma, não é líquida nem certa-não marcará o fim de uma conjuntura e o início de outra: ao contrário, penso que, depois de «democratizados», continuaremos a viver a mesmissima crise, só que em condições diferentes. Noutras palavras, penso que a liberal-democracia — caso advenha significará apenas a passagem da etapa atual para uma nova etapa da crise vigente, a qual, portanto, em vez de próxima do seu fim é ainda uma criança com um vasto futuro à frente, segundo o meu modo de ver.

Compreende-se que estamos agora vivendo apenas a primeira etapa de uma luta política que se desdobrará necessariamente numa segunda etapa, quando se compreende que as batalhas ora travadas visam apenas a criar condições mais propícias para que as questões de fundo, que hoje clamam por solução, sejam retiradas das trevas em que artificialmente se encontram e trazidas à luz do dia, assumindo, assim, o lugar que naturalmente é o seu, no primeiro plano da cena política.

Na etapa atual, o que parece estar em crise não é o que de fato está em crise; por conseguinte, a segunda etapa apresenta-se como necessária justamente porque ela é que vai patentear a verdade da primeira, ao mostrar que esta crise não se resolve com a mudança do regime, na medida mesma em que não é uma simples crise de regime e sim de modelo de desenvolvimento econômico, social e político. As divergências profundas, a partir das quais as forças sociais objetivamente agrupam-se em campos contrários, não só existem hoje como serão mais agudas amanhã. No momento, elas não estão sendo tratadas diretamente e em caráter prioritário, mas isso não significa que elas não estejam atuando como fonte primordial que são da crise atual. Daí que enquanto não se formarem as alianças políticas capazes de equacionar e de enfrentar essas questões de fundo, redefinindo-se assim o comando, os objetivos e o conteúdo social do processo de desenvolvimento, nenhuma aspiraração de normalidade institucional repousará sobre garantias reais.

Antes de prosseguir, acho indispensável abrir aqui um parêntesis para deixar claro que as referidas questões de fundo — colocadas na ordem do dia pelo acirramento das contradições entre os diferentes interesses de grupos, classes e frações de classe — não são as que tipicamente se manifestam quando se trata de um processo de transformação revolucionária da sociedade capitalista. Se fosse esse o caso, estaríamos vivendo uma crise de Estado. Na verdade, porém, não há fatos conhecidos que corroborem hipótese de tal envergadura. Segundo tudo indica, o que agora está para ser decidido não é se o capitalismo sobreviverá ou não entre nós, mas de que modo continuaremos a convi-

## Hoje, a frente oposicionista inclui verdadeiros democratas e figuras que, ontem, eram expoentes do regime autoritário.

ver uns com outros, ainda por algum tempo, dentro do capitalismo.

Não quero voltar a repetir aqui o que já disse em outros trabalhos (veja-se, por exemplo. Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil, Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977). È importante, no entanto, lembrar que as opções fundamentais a serem feitas na conjuntura atual - não as que idealmente devem ser feitas tendo em vista a evolução experimentada nos últimos vinte anos pela correlação entre as forças políticas — são opções internas ao sistema capitalista, já que giram em torno da escolha entre tipos distintos de desenvolvimento capitalista. Em resumo, a hora atual não abre espaço senão para que se opte entre o modelo dependente-associado, concentracionista e excludente — que vem sendo construído e revivido em sucessivas versões desde que as suas bases foram lançadas com a deposição de Vargas em 1954 — e o modelo alternativo a esse, baseado prioritariamente na mobilização dos recursos internos, na ampliação da intervenção estatal e no incremento da participação popular nos centros de poder e decisão.

Outras crises foram inspiradas por essa mesma problemática, como a do início dos anos 60 e a de 68. Todavia, naquelas duas oportunidades, as forças renovadoras foram derrotadas pelas forças conservadoras. Isso provou, apenas e a posteriori, que as primeiras eram, então, politicamente mais fracas que as segundas. Hoje, porém, qual será a correlação entre elas? Eis aí uma pergunta extremamente difícil, se não impossível de ser respondida na conjuntura atual.

A raiz da dificuldade reside no fato de que estamos ainda vivendo a etapa em que a crise existente se apresenta como sendo aquilo que, no fundo, ela não é. Isso faz com que a etapa em curso necessariamente jogue areia nos olhos do observador. Erigindo a questão do regime em questão central, ela tende a embaralhar as cartas do jogo, confundindo hoje na mesma frente de luta os atores que amanhã tomarão posição em campos opostos.

Com efeito, quem não faz parte atualmente do movimento de oposição ao autoritarismo? Aí estão a grande imprensa e a imprensa nani-

ca, o alto e o baixo clero, os grupos econômicos nacionais e as grandes corporações internacionais, o governo americano e o russo, os fazendeiros e os bóias-frias, os catedráticos e os estudantes, os malfeitores e a ordem dos advogados, os artistas e os cientistas, a aristocracia operária e os que ganham salário mínimo; a classe média tradicional e a classe média moderna, os governados e uma boa parte dos governantes, considerando-se os que se situam do segundo escalão para baixo. A frente oposicionista alargou-se a um tal ponto que os verdadeiros democratas — aqueles que o são em virtude da posição que ocupam na estrutura da sociedade — estão marchando ombro a ombro com os mesmos liberais que em outras oportunidades sempre foram os primeiros a ir bater às portas dos quartéis e, como se isso fosse pouco, também estão tendo que conviver com figuras que, ontem mesmo, atuavam como expoentes do regime autoritário.

O que se verifica, portanto, é a consolidação de uma frente oposicionista formada por uma vasta aglutinação de forças policlassistas e multinacionais, sob liderança grã-burguesa. Sobre a crise do início dos anos 60, costuma-se dizer que os partidos de base popular cometeram o grave erro de ter praticado uma política de colaboração de classes que subordinava os interesses do proletariado aos objetivos do capital. Hoje, esses mesmos críticos engrossam as fileiras da oposição, empunhando a bandeira das liberdades burguesas. Tal é a força das injunções que constrangem o comportamento de quem deseja agir com eficácia em cada conjuntura política específica.

Digo isso não para diminuir mas, ao contrário, para ressaltar a importância da presente crise. Ela é grave justamente porque inúmeros e significativos pilares da sociedade burguesa estão se incorporando à luta originalmente sustentada apenas pelas classes populares. Ao fazer esta reflexão não estou dizendo nada de novo. Há 120 anos atrás, o mais famoso deutre todos os sábios alemães assim descrevia, para os leitores do New York Tribune, a evolução da luta política na França: «É perfeitamente concorde com o passado histórico da França que o nome de Cavaignac ilustre a resistência à Bonaparte, do mesmo modo que Odilon Barrot a personificou contra Luiz Felipe. Como Barrot, Cavaignac não é senão um pretexto para o povo,



mas um e outro são simbolos caros as classes médias. O nome sob o qual uma revolução se introduz não é jamais aquele que ela usará no dia do triunfo. Para assegurar suas chances de êxito, os movimentos revolucionários são forçados, nã sociedade moderna, a tomar emprestado suas cores, desde o início, aos elementos do povo que, embora opondo-se ao governo existente, vivem em total harmonia com a sociedade existente. Numa palavra, é das mãos das próprias classes dominantes que as revoluções devem obter seu bilhete de entrada na cena oficial» (N.Y.T.,27.7.1857). Dito isso, podemos passar, sem comentários supérfluos, a um outro ponto.

Tendo em vista as características do pacto de poder celebrado em 1964, não deixa de ser intrigante a constatação de que chamamos hoje de «opositores» aos que, então, proclamavamse «revolucionários». Rememoremos que o referido pacto consistiu na união sagrada de todos os setores das classes dominantes — dos mais modernos aos mais atrasados, dos nacionais aos internacionais, dos mais especulativos aos mais produtivos — contra as aspirações das classes dominadas empenhadas em instaurar no país uma ordem sócio-econômica alternativa à existente. Segundo as regras que foram estabelecidas para regulamentar o pacto em termos operacionais, os diferentes setores das classes dominantes assumiram entre si três grandes compromissos: 1°) aceitar o sacrificio dos seus interesses particulares em nome da preservação do interesse global do bloco heterogêneo que, em conjunto, formavam; 2º) confiar o poder soberano à corporação castrense; 3°) não cair na tentação de utilizar as reivindicações dos inimigos de baixo para pressionar os aliados de cima — tentação esta que necessariamente tinha que ser muito grande dado que a super-exploração da mão-de-obra seria a principal consequência econômica daquela união política de interesses heterogêneos, que incluiria no mesmo saco e ofereceria as mesmas proteções, tanto aos empreendimentos legítimos quanto aos que já eram ou foram se tornando ilegítimos do ponto de vista da dinâmica do sistema capitalista.

Durante anos e anos a fio, esse pacto foi mantido, quase que sem arranhões. De 1973 para cá é que as coisas começaram efetivamente a mudar multiplicando-se os casos de desobediência às regras do jogo estabelecidas desde 1964. Os acontecimentos de 1968 foram uma turbulência passageira que, acima de tudo; serviu para confirmar e reafirmar a necessidade imperiosa daquelas regras para o exercício consequente da dominação. Aliás, é por pensar assim que, quanto mais comparo o passado com o presente, tanto menos posso concordar com declarações do seguinte tipo: «Não são poucos os parlamentares com mais vivência das crises que advertem para os rumos e consequências do atual processo cujos característicos são cada vez mais semelhantes às de 1968»(O Estado de São Paulo, 11.05.1977). Para constatar a inveracidade desse enunciado não precisamos ir muito longe: basta-nos observar que, em 68, os estudantes estavam apedrejando a embaixad- dos Estados Unidos no Rio e o jornal O Estado de São Paulo na capital paulista, ao passo que hoje tanto uma, quanto outro ainda que nos seus próprios termos aplaudem a luta estudantil. É de todo evidente que os objetivos últimos perseguidos pelos estudantes não podem ser identificados com os dos Mesquita ou os do governo Carter. Não obstante, existem hoje certos pontos comuns e certas convergências de esforços que não se produziram em 1968. O relativo isolamento do movimento estudantil naquele período era o verso da medalha que exibia, em sua outra face, a unidade do bloco no poder cimentada pelos compromissos assumidos em 64.

E o que está acontecendo no caso particular da ampliação social do movimento estudantil vem-se multiplicando em inúmeros outros casos de tal forma que, a cada dia que passa, novas uniões se formam entre forças sócio-políticas anteriormente divorciadas. A lição de Maquiavel, re-ensinada pelos teóricos contemporâneos, volta a ser praticada: «em política». dizem estes últimos, «podemos nos aliar, para a obtenção de um objetivo específico, com o diabo em pessoa, embora precisemos estar seguros de que o enganaremos em lugar de sermos por ele enganados» (New York Tribune, 1.12.1852).

Agir assim, como vimos, era anátema do ponto de vista da união sagrada estabelecida em 1964. De lá para cá, porém, as coisas mudaram muito e a um tal ponto que os mandamentos da lei contra-revolucionária, acima enumerados, foram sendo abandonados

## "O que teria acontecido para que o movimento de 64 chegasse ao atual estado avançado de desintegração?"

e transformados em letra morta. O que teria acontecido para que o movimento triunfante em 64 chegasse ao estado avançado de desintegração que hoje o caracteriza?

Em resposta a essa indagação, muito precisaria ser dito e discutido. Limito-me aqui a enumerar alguns tópicos, politicamente dignos de consideração. De propósito, não me refiro nessa enumeração às questões de natureza estritamente econômica, uma vez que elas devem ser tratadas em outra parte desta publicação.

1. As transformações ocorridas no sistema capitalista mundial, desde a crise do petróleo, são, sem dúvida, um fator de primeira imporfância. Elas desencadearam um processo de reformulação da ordem internacional em que os países super-industrializados, tendo à frente os Estados Unidos, erigiram como prioridade número um o objetivo de assegurar para si, do modo mais garantido e duradouro que for possível, o suprimento das matérias-primas estratégicas e o controle das fontes energéticas que a natureza, desrespeitando a geografia política, colocou dentro e fora das fronteiras dos espaços nacionais metropolitanos. Para alcançar esse objetivo, indispensável à preservação de seu status atual, as diversas frações da grande burguesia internacional estão sendo forçadas a chegar a um novo tipo de acordo menos policentrista do que o até então vigente sobre o modo como redividirão entre si os recursos naturais do mundo. Compreende-se que a formação desse novo condomínio multinacional tem como premissa a supressão do que ainda resta de poder soberano ao nível dos Estados nacionais. Um bom exemplo do modo como irá avançando esse processo de reordenação das forças internacionais é a cirurgia que pretendem fazer na Inglaterra: este país, para obter um empréstimo de quatro bilhões de dólares, agenciado pelo FMI, estaria sendo obrigado a «negociar» a internacionalização da British Petroleum, com a consequente entregadas jazidas do Mar do Norte para um consórcio de capitais multinacionais.

No caso do Brasil, aconteceu que o jogo político, iniciado em 1964, evoluiu no sentido oposto àquele que é requerido pelo processo, ora em curso, de reorganização da economia

mundial. Paradoxalmente, o governo brasileiro vem multiplicando as tentativas (modestas, mas nem por isso menos incômodas) de afirmação do poder nacional, tal como é atestado pelos recentes conflitos a respeito da indústria nuclear e. de um modo mais geral, pela evolução que vem sofrendo a formulação da política externa brasileira. Os desgastes e os sucessivos choques que passaram a ocorrer entre essas duas tendências — a local e a internacional — constituíram-se, como não poderia deixar de ser, num fator de debilitamento da solidariedade conseguida em 64 entre os setores integrantes do bloco no poder.

- 2. Outra fonte desagregadora daquela unidade é o modo como se verificou a expansão do aparelho econômico do Estado. Para maior clareza da exposição, convém desdobrar esse tópico em dois sub-itens:
- a) Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que o aumento da participação do Estado no processo econômico assumiu, entre outras, a forma empresarial direta, via sociedades de economia mista, dotadas de autonomia administrativa e financeira, autorizadas a funcionar com altas taxas de retorno sobre o capital investido e a empregar os seus lucros segundo os critérios de racionalidade correntes no âmbito das grandes empresas do setor privado. Isso deu lugar ao surgimento, ainda que incipiente, de uma nova fração das classes dominantes, usualmente denominada burguesia estatal. Do ponto de vista político, o movimento em questão acarretou consequências óbvias: como o pacto de poder originalmente estabelecido não levava em conta a existência desse novo ator nem, muito menos, o papel crescente que ele passou a desempenhar na competição por recursos internos e externos escassos, torna-se evidente que a sua entrada em cena teria que produzir, como vem produzindo, efeitos pro-fundamente desestabilizadores da ordem de coisas convencionada entre os que eram, em 64, os únicos grandes protagonistas do jogo político travado ao nível da cúpula do sistema;
- b) Em segundo lugar, é preciso ter presente que o aparelho especificamente burocrático do Estado não só cresceu extraordinariamente como o fez de um modo também contraditório com os interesses privados maiores, aos quais, em princípio, deveria servir. De fato, a máqui-



na administrativa foi se tornando cada vez mais portentosa, mais abrangente e mais complexa, em consonância com os graus crescentes de intervenção estatal que foram se fazendo necessários para assegurar a marcha acelerada do processo de acumulação. Acontece, porém, que o custo político desse agigantamento acabou por tornar-se exorbitante.

E que, por ter crescido desordenadamente, ao sabor das mais intempestivas motivações, a máquina perdeu seu caráter de máquina, fragmentou-se em mil peças desconexas, que operam quase que por conta própria, alheias a qualquer tipo de estruturação funcional, descomprometidas com o princípio da unidade de comando, distanciadas dos mais comezinhos critérios de racionalidade administrativa. Seja qual for o ministério ou secretaria que se tome em consideração, só existe uma palavra para descrever com rigor científico o que ali dentro ocorre: trata-se de um caos. Os burocratas simplesmente estupidificaram-se: eles não se entendem, sabem que não se entendem e confessam que não se entendem a quem quer que tenha tempo e disposição para ouvir as suas infindáveis lamúrias estamentais.

Adveio, assim, esse senômeno inaudito: a indispensabilidade da intermediação burocrática para o bom andamento dos negócios privados cresceu ao mesmo passo que a sua inadimplência. Ainda outro dia, conversando com os membros do «lobby» de um setor estratégico da economia, inteirei-me da seguinte situação: «Como grupo funcional», disseram-me eles, «fomos constituídos para o fim específico de advogar, junto ao aparelho estatal, os

interesses de um vasto conjunto de empresas. Nossa missão é crucial já que, sem passar pelo Estado, não há mais livre iniciativa alguma que possa ser empreendida neste país. No entanto, operamos a níveis baixissimos de eficiência. Passamos o tempo indo e vindo de uma repartição a outra, inutilmente à cata de decisões ou de simples diretrizes que formem um quadro minimamente coerente, minimamente consensual, suscetivel de estimular ou de, pelo menos, permitir a prática das atividades tidas como legítimas em qualquer sociedade capitalista que se preze. Não é que os funcionários não tenhant boa vontade em nos ajudar. Têm e muita, grátis ou adquirida, pouco importa. É a máquina que não funciona. A máquina está emperrada».

Se isso é verdade — o que não é dificil de ser admitido - como esperar que a burguesia se sinta tranquila, confiante e segura diante de um tal espécime de Estado burguês? Sem dúvida o Estado que aí está é dela, é o seu Estado. Mas quando se trancafía com ele entre as grades das repartições, a burguesia sente-se insegura e fica nervosa com toda a razão pois, embora seja mansa, a fera está como que ensandecida, trocando alhos por bugalhos, numa imperdoável confusão do weberianismo que deveria pautar-lhe os atos com o kafkanismo que a desatina. Não surpreende, portanto, o aumento contínuo das defecções nas fileiras do chamado «sistema». A continuar assim, não será preciso muito mais do que isso para que, dentro em pouco, seja possível fazer, com os mesmos «revolucionários», uma nova «revolução de 64».

- 3. A desorganização da organização burocrática, em si mesma grave, se já é agravada pelo fato de que a economia brasileira é uma economia capitalista de Estado, torna-se muitísimo mais grave tace à deterioração das relações econômicas que ora se observa entre os parceiros da coalisão estabelecida em 64. Não quero me aprofundar nesse tema que, segundo espero, será tratado pelos economistas que escrevem neste número. Limito-me a lembrar aqui o que hoje é do conhecimento público: as contradições entre as diferentes frações, setores e camadas da burguesia assumiram proporções de monta sendo, entre outros, notáveis os seguintes choques de interesses:
- a) O capital industrial, face ao comportamento da taxa de juros e diante das demais e inumeráveis regalias concedidas ao capital bancário, vem se opondo às pretensões deste último e ao governo de banqueiros» que viabiliza, através da política econômica a formidável transferência para as instituições financeiras de excedentes que são gerados pela indústria e a agricultura, mas que não são por elas devidamente apropriados.
- b) Ao lado disso, continua em progresso a luta dos produtores de bens de capital e de bens intermediários, encurralados pela dinâmica perversa de um modelo de crescimento econômico que não só privilegia os produtores de

## Repressão irracional e corrupção: eis o que podem oferecer ao país os pseudo-empresários improdutivos e dilapidadores.

bens de consumo suntuário, como constrange a economia a um extraordinário esforço exportador em nome da manutenção de um fluxo de importações que eles certamente seriam chamados a substituir fosse outra a orientação geral da política econômica.

c) Acrescente-se a isso os contrastes já mencionados entre os interesses de base local e os interesses de base internacional, assim como as tentativas desesperadas empreendidas pelo setor competitivo (e que, em parte, expressam-se através do recrudescimento dos regionalismos) à medida em que avança o processo de oligopolização da economia.

É quando se leva em conta esse quadro conjuntural de acirramento das contradições secundárias do sistema que ganha especial relevo a situação de caos administrativo acima referida. Não se trata, apenas, de um fenômeno de desgoverno numa economia capitalista de Estado que, por definição ou como o próprio nome indica, não pode-se dar a tamanho luxo. O que a burocracia está fazendo é mandar para a rua da amargura os que recorrem a ela justamente para evadir-se da rua da amargura. Em outras palavras, à medida em que recrudescem os confrontos intra-burgueses no seio da sociedade civil, maior passa a ser a expectativa de intervenções resolutivas do Estado, pois maior se torna a insegurança dos protagonistas daqueles conflitos. Paradoxalmente, contudo, o Estado vem respondendo às avessas, prolongando em vez de solucionar as polarizações surgidas no interior do condomínio de 64. Se o regime não se interessa pela minha sorte, concluem hoje os senhores que ontem comiam à mesma mesa, por que irei eu me interessar pela sorte de um regime que se tornou politicamente invertebrado?

4. Outra fonte de desintegração do «establishment» é fornecida pelo círculo vicioso que se armou entre os setores governamentais de linha dura e os interesses escusos da malta de pseudo-empresários que só consegue viver à sombra do autoritarismo. Estes últimos, verdadeiros piratas disfarçados de empreendedores capitalistas, só conhecem uma indústria — a do anticomunismo tacanho — assim como só conhecem uma fonte de renda — os favores extorquidos ao erário público. Incapazes de ganhar a vida faustosa que levam por meio das

formas de exploração constitutivas da sociedade burguesa, erigem-se em arautos da subversão, aterrorizam dia e noite os setores mais preocupados com as questões relativas à segurança do Estado, ligam-se aos indivíduos que, dentro dos aparelhos estatais, servem-se da mesma estratégia para fins carreiristas ou de luta pelo poder. Forma-se, assim, uma aliança mutuamente proveitosa, extremamente particularista e crescentemente patológica; uma súcia que nada tem a oferecer ao país, a não ser o recrudescimento da repressão irracional e o florescimento da corrupção institucional.

Durante o período de abastança que se encerrou em 1973, os efeitos daninhos desse conluio eram pouco visíveis. Advinda a recessão econômica, a consequente escassez de recursos públicos diminuiu o fluxo financeiro que sustentava a vida delinquente dessa chusma de corsários improdutivos e dilapidadores. O resultado aí está: uma série infindável de quebras empresariais pondo a nu os desvios de dinheiro público, as práticas fraudulentas e os ilícitos penais que enervam as partes mais sadias da burguesia, escandalizam a classe média moralista e enchem de revolta as classes populares, já que é através do arrocho salarial, da inflação e do deterioramento de suas condições de vida que se expressa o custo social desse desenfreado parasitismo.

A mudança do regime coloca-se, assim, como a palavra de ordem que unifica os reclamos de todos quantos se sentem lesados por esse vicioso estado de coisas. Com efeito, perguntase, de que modo poderá o Estado dar a atenção merecida aos interesses autenticamente capitalistas e aplacar as necessidades prementes das parcelas menos favorecidas da população, enquanto mantiver, agarradas às suas tetas, as quadrilhas que assaltam os cofres do tesouro nacional, garantidas por uma impunidade que buscariam em vão no Código Penal, mas que lhes é oferecida arbitrariamente pelos dispositivos do Estado de exceção?

Não é de estranhar, portanto, que as proprias classes dominantes comecem agora a se dar conta de que estão tendo que tocar para diante, com o máximo de força e o mínimo de consentimento, um desenvolvimento capitalis-



ta que poderia ter outra fisionomia e, portanto, outra capacidade hegemônica, se o sistema fosse expurgado das anomalias que o desfiguram na medida em que abriga os Halles, os Audi, os Lume, os Lutfalla et caterva, eméritos bucaneiros que estão para o Al Capone como o Pelé para um jogador de várzea e para os quais a mudança do regime seria equivalente à morte da galinha que bota ovos de ouro.

5. Nesta lista, certamente incompleta, de fatores disruptivos do sistema de alianças, cumpre incluir o enorme amadurecimento político experimentado pelas forças oposicionistas mais consequentes, depois de terem se revelado inócuas as tentativas voluntaristas que brotaram nas sequelas da crise de 68. Uma vez superada a ilusão foquista e seus correlatos espontaneistas, duas evoluções, de suma importância para a compreensão do quadro atual, tiveram lugar. No âmbito das classes dominantes, diminuiu o temor pânico de uma súbita convulsão violenta da ordem sócio-econômica; no âmbito das classes populares, foram sendo retomados e levados à prática os ensinamentos herdados da luta contra o fascismo na Europa, experiência que, como se sabe, mostrou ser equivocada a posição daqueles que aconselhavam as classes populares a não procurar, «com lentes de aumento», as diferenças que distinguem os fascistas dos reformistas. Tanto uma mudança, quanto a outra, contribuíram enormente para a formação da frente ampla que ora se movimenta na cena política nacional.

Por um lado, temendo menos as investidas dos seus antagonistas de baixo, os setores burgueses, insatisfeitos com o modelo econômico e o modelo político em vigor, passaram a temer mais as investidas dos seus aliados de cima. Por outro lado, na medida em que trataram de isolar aqueles que são os seus principais adversários na presente conjuntura, as classes populares souberam capitalizar a seu favor as safras de dissidências que foram rompendo a unidade de ferro até então mantida na cúpula do sistema. O resultado é o que aí está: um vasto realinhamento das forças políticas, conduzente ao crescente estreitamento das bases sociais de sustentação do regime.

6. Finalmente, é indispensável mencionar, ainda que de passagem, um fator que, por enquanto, ainda ensaia os seus primeiros passos, mas que tem tudo para jogar um papel decisivo, não na base, mas na crista da crise. Refiro-me à incômoda tomada de consciência que os militares começam a fazer quanto à incompatibilidade do binômio segurança e desenvolvimento, que a doutrina oficial consagra e o modelo de crescimento econômico, adotado desde 64, refuta. Aqueles dois objetivos são, de fato, compagináveis, mas contanto que sejam redefinidos nos seus termos básicos. É evidente que pode haver desenvolvimento com segurança, desde que não se insista num tipo de desenvolvimento que produz insegurança (não apenas interna, graças às injustiças sociais que gera, mas também externa, graças às vulnerabilidades que acarreta, coisa patente para quem compreende que não há soberania neste mundo capaz de resistir a uma dívida que marcha para a casa dos 40 bilhões de dólares). É igualmente evidente que pode haver segurança com desenvolvimento, desde que não se insista num tipo de segurança que aterroriza e intimida justamente os potenciais nacionais que precisam ser mobilizados para a realização do esforco requerido por um processo de desenvolvimento autêntico.

Na mesma linha de argumentação — ou, melhor dizendo, de conjecturação - é de se supor que aqueles que mais estão convencidos de que as forças integrativas e os fatores psicosociais desempenham um papel decisivo na consolidação do poder nacional sintam, pelo menos, a dor da consciência infeliz quando verificam, para ficarmos com um único exemplo, que as verbas destinadas às campanhas publicitárias do governo não só crescem astronomicamente como o fazem na mesma proporção em que aumentam as mazelas da vida urbana, os desequilíbrios regionais, as disparidades da distribuição de renda, as incursões do capital alienígena e os votos plebiscitários conferidos ao partido da oposição. Quem tem o sentido de uma missão a cumprir e clareza sobre os objetivos a alcançar deve, em principio, ou seja, desde que municiado por um fluxo

de informações pertinentes e fidedignas, saber melhor do que ninguém o quanto está se afastando dos objetivos e, portanto, o quanto está fracassando na missão. Isso, repito, desde que a informação adequada substitua à desinformação préfabricada.

7. Como não disponho de fatos para fundamentar as conjecturas acima ventiladas, faço apelo a uma analogia: mutatis mutandis, não foi mais ou menos dessa natureza a reorientação sofrida pelo comportamento político da Igreja? Os pastores não se viram forçados a redefinir suas relações com as massas populares à medida em que assistiam, impotentes, o progressivo desgarramento do rebanho?

Com efeito, a Igreja hoje pode ser incluída aqui entre os fatores que impulsionam a desagregação do quadro político de 64 justamente porque soube compreender que estaria fadada a fracassar, no cumprimento de sua missão específica, caso insistisse em continuar irracionalmente agarrada a uma pregação cada vez mais divorciada da vida real do povo, cada vez mais cega ao movimento das contradições sociais que determinam a história concreta da coletividade. Quem diria, há vinte anos atrás, nos áureos tempos da LEC, da JUC e do Centro Dom Vital, que importantes setores da hierarquia eclesiástica, herdeiros de uma secular tradição de conluio com os poderes temporais constituídos, estariam hoje dispostos a defender as causas progressistas que pasmam as correntes ultramontanas e lhes insuflam um verdadeiro horror? No entanto, aí está a Igreja lutando em defesa não do direito divino dos reis, mas dos direitos humanos dos cidadãos, descrevendo menos as belezas do outro mundo do que as misérias deste mundo, insistindo mais na salvação da carne do que na redenção das almas e mostrando que a liberdade é uma condição da vida e não um bem que só pode ser conquistado sob a condição da morte.

Sem dúvida, a Igreja vê facilitada a tarefa de realizar o seu próprio ato de contrição na

6

medida em que conte com o apoio tático de torças populares dotadas de um alto senso de vocação hegemônica e que, sabendo-se capazes de se aliar com «o diabo em pessoa», não vêem por que não colaborar com os representantes de Deus. É com o pensamento posto nessa problemática de ordem superior, excessivamente complexa para ser tratada aqui, que quero concluir essas minhas mal fundamentadas reflexões com a seguinte observação: se for verdade que estamos vivendo hoje apenas a primeira etapa de uma crise política que, necessariamente, só se resolverá numa segunda etapa, é natural que semelhante conjuntura venha a engendrar, como de fato parece que está engendrando, dois tipos correlatos de cegueira: de um lado, a daqueles que, por impeto subjetivista, acreditando serem capazes de se antecipar aos fatos, precipitam-se na arena política com a santa fúria e a sede de verdade que só são apropriadas aos dias do juízo final; de outro lado, a cegueira típica daqueles que, por subserviência ao mundo empírico, perdemse no pragmatismo, quando não chafurdam no oportunismo, interramente esquecidos de que é preciso começar a construir, desde hoje, os instrumentos de luta que serão requeridos pelo dia de amanhã, especialmente por parte dos setores da sociedade que mais chances têm de virem a ser os cordeiros de Deus da restauração liberal ou, o que ainda é mais trágico, as vítimas cruentas da reação golpista.

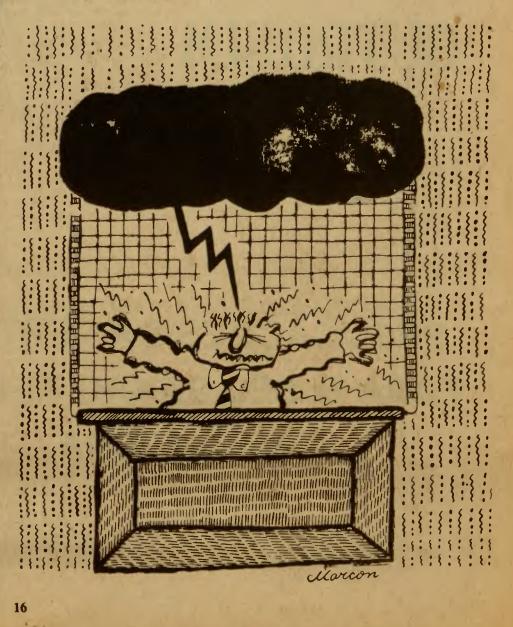
Aos primeiros, cabe lembrar que as causas justas jamais triunfaram por uma simples questão de justiça, e sim pela força inerente às decisões politicamente acertadas; aos segundos, é necessário recordar esse outro truísmo, segundo o qual o Parlamento Forte, a Imprensa Livre, a Democracia Representativa e as demais instituições em que se consubstanciam as liberdades burguesas nunca foram mais do que bandeiras do capital, quando em luta contra usurpações absolutistas do poder político.



PUBLICAÇÕES DA VERTENTE
PARA O SEU BANHO REGULAR
DE CULTURA.

João Manuel Cardoso de Mello Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

## Reflexões sobre a Crise Atual



A economia brasileira desde meados de 1974 ingressou numa fase crítica. Esta não é a opinião de muitos economistas, demasiadamente apegados a uma versão de manual do ciclo econômico, para quem nenhum dos sintomas indicativos de crise — queda do nível de renda e de emprego — teriam ocorrido. Na verdade, essa visão simplista e mecânica passa por cima das formas de manifestação da crise em economias monopólicas.

Em primeiro lugar, o sintoma par excellence da crise está no declínio acentuado da taxa de acumulação, que no entanto não ultrapassa um patamar mínimo, garantido quer pelo gasto público, quer pelo investimento da grande empresa. Nem o Estado paralisa suas despesas de inversão, nem a grande empresa, porquanto sabe perfeitamente que sua posição na expansão futura do mercado depende de ampliações prévias na capacidade produtiva.

Em segundo lugar, mais uma vez contrariando a versão da crise proposta pelos manuais, ocorre não uma quebra do nível geral de preços, senão uma aceleração da taxa de inflação. E não é difícil entender por quê. Numa economia monopólica, as grandes empresas detêm o poder de controlar suas margens de lucro e reagem à perspectiva de queda na demanda, reajustando os preços. De outro lado, diante de uma queda na taxa esperada de lucro, para novos investimentos produtivos nos mesmos setores, sua massa de lucros é dirigida a aplicações financeiras e imobilizações de caráter especulativo que, por seu turno, provocam uma realimentação da inflação.

Diante deste quadro, a política econômica assume um comportamento errático, o famoso stop and go, oscilando entre impedir uma aceleração perigosa da inflação ou uma queda desastrosa nos níveis de renda e emprego.

Esta é, de modo mais sumário possível, uma descrição aproximada do que ocorre no Brasil, e a situação hoje está tão clara que são cada vez menos numerosos os que negam a crise. No entanto, frequentemente tomamos conhecimento de explicações que tentam atribuir à crise um caráter induzido.

Teriam sido a alta de preços do petróleo e a crise internacional os responsáveis pelas perturbações que nos aborrecem. É claro que a elevação dos preços do petróleo e a desaceleração da economia mundial jogaram seu papel. mas, também é evidente que não se pode mais levar a sério este tipo de explicação, cuja função ideológica é por demais paten te eximir os últimos governos de qualquer responsabilidade.

Se os apologistas não encontraram nada melhor para dizer, os críticos liberais da política econômica se perderam na explicação fácil e «burocrática». Estaríamos atravessando uma fase de profunda descoordenação governamental, que se refletiria de forma desagradável no manejo desordenado da política econômica; ou, então, pior ainda, estaríamos diante de um governo ciclotímico, que passaria da determinação de combater a inflação a qualquer custo, ao medo de arcar com as consequências dolorosas e inevitáveis que adviriam. Estes críticos tomam a nuvem por Juno. Não é a descoordenação governamental que determina a crise, senão, ao contrário, é a crise que provoca o aturdimento geral; nem é o medo que paralisa o governo, senão, ao contrário, é a sua incapacidade política, trazida pela crise, que lhe impede de tomar rumos mais determinados.

Finalmente, entre os críticos do «milagre brasileiro» reponta uma explicação, pouco mais elaborada, é verdade, mas tão equivocada quanto as demais. Afirmam que o crescimento dos últimos anos esteve voltado para o mercado externo, o que agravou o grau de dependência da economia brasileira, tornando-a muito exposta às vicissitudes da economia mundial.

O mercado interno teria ficado a margem do processo de expansão, tolhido por uma política econômica orientada para acentuar ao máximo a concentração da renda. Em suma, o modelo exportador e excludente desembocaria numa crise, atribuída, de um lado, aos contratempos da economia mundial, e, de outro, ao subconsumo engendrado pelos baixos salários.

A questão nos parece mal colocada. Em primeiro lugar, é inegável que, no período recente, ampliou-se o grau de abertura da economia brasileira e que o setor externo desempenhou papel importante na expansão. No entanto, trata-se de confusão grosseira atribuir a este fenômeno (principalmente ao crescimento das exportações) o caráter do elemento determinante, como ficará claro mais adiante. A outra face do argumento, de matiz subconsumista, baseia-se em erro teórico infelizmente bastante encontradiço, que se cristaliza na oposição entre crescimento do mercado externo e dilatação do mercado interno.

Na verdade, por sua natureza, o capitalismo é um regime que está voltado à produção pela própria produção. Isto significa que não tem o menor compromisso com a expansão do consumo das massas nem, muito menos, com suas «necessidades». Em linguagem técnica, o crescimento do consumo é uma componente derivada da taxa de acumulação. O mercado interno no capitalismo é, antes de tudo, mercado de meios de produção.

Na reprodução ampliada do capital, visto pela ótica do esquema departamental, a expansão do setor de bens de consumo assalariado tem caráter subordinado. O seu crescimento responde ao crescimento da massa de salários nos outros setores (bens de produção e bens de consumo capitalista). Portanto, dada a taxa de

<sup>(\*)</sup> Os autores desejam agradecer as observações críticas de Mária da Conceição Tavares e de Luciano Coutinho, que evidentemente estão isentos de qualquer responsabilidade por erros ou omissões. Agradecem também ao economista Paulo R. Davidoff pelas observações atentas.



salários, este crescimento é uma resultante da expansão do volume total de emprego. Por sua vez, a taxa de salários é fixada pelo ritmo de acumulação de capital, frente a uma reserva de força de trabalho. Isto quer dizer que a dominação do capital impõe a fixação de uma taxa de salários compatível com a velocidade da acumulação. E o que permite ao capitalismo fugir a uma possível restrição imposta pela pressão dos salários é o contínuo desenvolvimento da produtividade social do trabalho.

Estamos procurando explicar que o elemento motor do crescimento do mercado capitalista não é a massa de salários. E, ademais, que os salários munca pressionam os lucros (em termos mais rigorosos: a taxa de mais-valia jamais pode ser rebaixada por um hipotético -movimento autônomo» dos salários).

Apesar da reiterada advertência que deblateraram Proudhon, os socialistas ricardianos e, mais tarde, os populistas e outros adeptos do romantismo econômico, este equívoco insiste em retornar ao debate. Como não poderia deixar de ser, tal equívoco assume, no Brasil, certo ar tropical. Os mais simplórios chegam a acreditar que o capitalismo aqui não teria vingado, sem que os salários fossem tão baixos. Outros, certamente movidos por bons sentimentos, dão tratos à bola para imaginar esquemas milagrosos de redistribuição de renda, recomendando que o capitalismo, no Brasil, se apóie na produção de tecidos, sapatos e congêneres, o que nos permitiria, de quebra, dispensar os préstimos do capital alienígena.

Não se pode aceitar esta interpretação em qualquer de suas variantes. Seja a oferecida

6

pelos que querem reformar o capitalismo, seja aquela proposta pelos catastrofistas do esquerdismo infantil.

Se efetivamente desejamos sair do pântano em que se meteu esta parcela de críticos do milagre, não basta denunciar as insuficiências gritantes de suas análises e propostas. Faz-se mister definir o caráter particular que assumiu o capitalismo monopolista de Estado no Brasil, bem como desvendar sua dinâmica no período recente, a partir daquilo que consideramos as leis gerais de movimento do capitalismo, em sua última etapa.

O capitalismo monopolista de Estado se instaura, no Brasil, ao término do período Juscelino, que marca a última fase da industrialização. Isto porque só então são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica específicamente capitalista, ao processo de acumulação. A partir daí, então, a acumulação de capital só encontra as barreiras colocadas por ela mesma. (Este ponto extremamente complexo está desenvolvido nas teses de doutoramento dos autores deste artigo: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Um Estudo sobre a Critica da Economia Politica; João Manuel Cardoso de Mello, O Capitalismo Tardio).

É somente nestas condições que se configura uma estrutura monopólica capaz de determinar o caráter da acumulação. Ou seja, não se pode pensar em etapa monopolista sem que estejam constituídas aquelas bases técnicas. É verdade que a presença dominante de monopólios marca, desde o início do século, nossa estrutura industrial, sem que, no entanto, se possa pensar em capitalismo monopolista de Estado, antes do fim da industrialização.

Por sua vez, o capitalismo monopolista de Estado assume no Brasil características particulares, decorrentes da própria industrialização tardia. Há que ressaltar três traços que lhe conferem especificidade: a importância crucial do setor produtivo estatal, a profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo e a extensão do controle do Estado sobre o processo de acumulação. Cumpre examinar como estas especificidades atuaram no período de crescimento acelerado, comandado pelo Departamento de Bens de Consumo Capitalista, entre 1968 e 1974, e também assinalar sua importância na determinação da natureza da crise atual.

### I - As raizes do milagre

O ciclo de expansão do período JK desembocou numa crise de super-acumulação acompanhada de fortes pressões inflacionárias. A crise iniciada em 1962 atingiu seu ápice nos primeiros meses de 1964. O governo que emer-

## A política de estabilização entre 64 e 67 aprofundou a crise.

ge do movimento político-militar tratou de enfrentá-la. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) indicava como problema central a aceleração da taxa de inflação, que, mantida a tendência, atingiria 144% no final do ano. O diagnóstico elaborado pela equipe Campos-Bulhões atribuía a exacerbação das pressões inflacionárias ao excesso de demanda e aos demagógicos aumentos salariais.

A terapia recomendada implicou na mobilização dos instrumentos clássicos de estabilização: corte no gasto público, aumento da carga tributária, contenção de crédito e arrocho salarial.

Na área das finanças públicas procedeu-se a um elevado corte da despesa, combinado com o aumento da carga tributária obtida inicialmente pela reforma de emergência de 1965 e, em definitivo, pela reforma fiscal de 1966. Além disso, foi criado um mecanismo, que se queria não inflacionário, de financiamento do déficit do Tesouro, através do lançamento de obrigações reajustáveis, sujeitas à cláusula de correção monetária, providência indispensável para a mobilização de recursos numa conjuntura de elevação de preços.

Simultaneamente, promoveu-se uma política contencionista na área do crédito, restringindo-se, tanto quanto possível, a expansão de meios de pagamento. Para garantir a boa execução da política monetária recorreu-se à criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.

Outro núcleo importante da política de estabilização esteve concentrado na fixação dos salários, cujos reajustamentos anuais eram vistos como fator decisivo do processo de realimentação inflacionário. Engendrou-se sistema de cálculo baseado na média salarial do período precedente, de modo que os salários fossem sempre reajustados abaixo dos índices efetivos da inflação. E se garantiu sua aplicação compulsória, submetendo as decisões da justiça do trabalho ao cumprimento desta cláusula.

Finalmente, foram liberadas as tarifas de utilidade pública com o objetivo de eliminar um foco de pressão sobre o Tesouro, represen-

tado pelos déficits correntes das empresas do Estado.

A este conjunto de providências voltadas para o combate à inflação, o PAEG ajuntou proposições que pretendiam solucionar as questões de longo prazo. A linha maior de preocupação era o estímulo à poupança privada, cujo volume insuficiente era identificado como o problema crucial do crescimento econômico. A formação e mobilização destas poupanças exigiria uma reordenação do sistema financeiro e medidas que tornassem mais atraente o investimento externo.

A reorganização do sistema financeiro foi concebida através da criação de novos instrumentos de mobilização e de instituições especializadas no provimento dos vários tipos de crédito. Caberia às Financeiras suprir recursos para o consumo de bens duráveis, aos Bancos Comerciais o financiamento do capital de giro das empresas e a um novo personagem — Banco de Investimento — incumbiria o financiamento de longo prazo. Ao mesmo tempo, o mercado acionário deveria passar a cumprir com dinamismo a tarefa de tornar líquidos os ativos, concentrar e canalizar recursos para capitalização das empresas. Para impulsioná-lo, imaginou-se a criação de Fundos de Investimento formados com recursos deduzidos do Imposto sobre a Renda. No bojo desta reforma do Mercado de Capitais foi criada uma instituição oficial — BNH — que amparada por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinava-se a estimular o setor de construção civil, garantindo, em última instância, as agências privadas de crédito imobiliá-

Simultaneamente, foi reformada a Lei de Remessa de Lucros, concedendo ao capital externo generosas condições de expatriação de rendimentos.

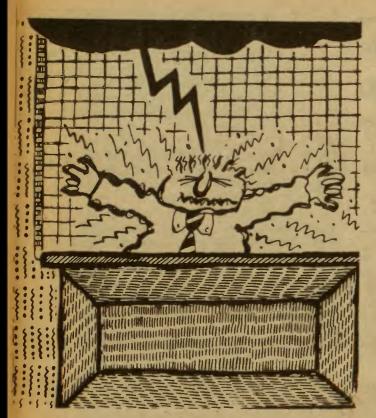
Por outro lado, foi criada uma sistemática de incentivos às exportações. Buscava-se não só abrir uma nova frente de crescimento, como também solucionar a longo prazo o problema do estrangulamento externo.

Resumidamente este foi o conjunto de medidas que presidiu à execução da política econômica entre 1964 e 1967. Passemos à análise de seus resultados.

A política de estabilização resultou imediatamente no aprofundamento da crise, sucedendo-se uma onda de liquidações de empresas pequenas e médias, que foi acompanhada pelo alargamento das margens de capacidade ociosa das grandes empresas. No entanto, já em 1966 o combate à inflação foi atenuado, para evitar que a economia mergulhasse numa recessão de largas proporções. Superada a fase aguda, retornou-se ao aperto do crédito em 1967 e com ele sobreveio nova «crise de estabilização». Portanto, como se vê, entre 1964 e 1967 a economia conheceu oscilações no nível de atividade e emprego, decorrentes de uma política

17

18



econômica de stop and go, exatamente porque nem se poderia permitir a perda de controle sobre a inflação, nem, muito menos, que a crise ultrapassasse determinado limite.

A política de estabilização acelerou a queima de capital excedente, produzido pela expansão anterior, criando, assim, as condições indispensáveis para que se promovesse a centralização necessária para a retomada. Mas simultaneamente esbarrou no limite imposto pela grande empresa, cuja capacidade de resistência estava consubstanciada na possibilidade de manutenção de margens brutas de lucro «razoáveis». Ora, isto não admitia nem uma quebra de demanda corrente que tornasse impossível às grandes empresas reagirem, elevando seus preços, nem uma restrição de crédito que as afetasse em conjunto.

A política de estabilização favoreceu claramente à grande empresa — e não poderia fazer o contrário — descarregando o peso da crise sobre o segmento das pequenas e médias. Do ponto de vista setorial, o corte drástico no gasto público penalizou, de forma contundente, a indústria de bens de produção, cujo grau de capacidade ociosa era o mais elevado, dado seu ritmo de expansão no período anterior. Além disso, a taxa de investimento das empresas públicas do setor declinou substancialmente. Em decorrência da própria crise, a capacidade de autofinanciamento dessas empresas foi golpeada e o Governo deliberadamente bloqueou sua expansão, ao não propor um esquema alternativo de provisão de fundos para investimento. (Não nos esqueçamos do relatório Booz-Allen (1).

A política salarial, caracterizada pelo chamado «arrocho», cumpriu papel importante não só em relação ao programa de estabilização, mas principalmente como um dos elementos mais decisivos na pré-determinação das condições para a retomada posterior.

No que se refere à indústria como um todo, o arrocho cumpriu a função de rebaixar os custos primários. Este papel foi crucial para impedir uma quebradeira generalizada de pequenas e médias empresas, estas sim incapazes de pagar salários matores. Também por isso se impediu uma negociação mais livre de salários, o que permitiria, certamente, uma diferenciação das remunerações de base, se tomarmos em conta a capacidade também diferenciada da pressão sindical nos diversos setores.

Do ponto de vista da evolução da demanda, é preciso notar, primeiramente, que a contenção salarial prejudicava a indústria de benssalários, que só viria a se recuperar com o crescimento da massa de salários, promovido pela expansão da indústria de bens duráveis de consumo. E, em seguida, advertir que esta política em nada afetava a demanda, tanto da indústria de bens de consumo duráveis, quanto da indústria de bens de capital. Em suma, o arrocho salarial contemplava diferencialmente os vários interesses capitalistas, porém, de uma forma geral, era compatível com todos eles, inclusive com os do próprio governo, empenhado em comprimir seus gastos correntes.

### II - Caracteristicas Estruturais da Expansão

Pensamos ter demonstrado que a forma pela qual a política de estabilização foi conduzida determinou os rumos da recuperação; e mais que isso, estabeleceu as condições de dominância da indústria de bens de consumo duráveis. O caráter acelerado da expansão no período 68/74 possui alguns determinantes particulares cuja explicitação é indispensável se quisermos entender sua dinâmica e a natureza da crise que se seguiu.

Seria talvez conveniente, para facilitar o entendimento desta especificidade, proceder a uma sumária comparação entre as características do crescimento recente e as do período 56/62.

Durante a tase do Plano de Metas, o crescimento industrial esteve apoiado num novo bloco de inversões, que funcionou como uma «onda» de inovações concentrada. Isto promoveu uma profunda alteração na estrutura industrial, modificando as relações inter-setoriais em favor do Departamento de Bens de

<sup>(1)</sup> Ém 1965, o governo brasileiro, atendendo recomendação do Banco Mundial, contratou a empresa Booz-Allen and Hamilton para fazer um diagnóstico do setor siderárgico e propor metas para sua expansão no período 1966-1972. Sua maior conclusão consistiu em recomendar o crescimento modesto da siderurgia, dado o comportamento esperado da demanda.

## Entre 68 e 74 a expansão repousa no setor de bens duráveis de consumo.

Produção e de Bens Duráveis de Consumo. Contrariamente, entre 68 e 74, crescemos à base da estrutura pré-existente, com excessão da indústria petroquímica e de alguns bens do setor elétrico pesado.

Por outro lado, no período JK, o setor dominante foi o de bens de produção (inclusive caminhões, utilitários, etc.), desempenhando a instalação do setor de duráveis de consumo (sobretudo a indústria automobilística) um papel subordinado, ainda que importante. No período recente, deu-se o inverso. O eixo da acumulação passou a repousar sobre o setor de bens duráveis de consumo — basicamente automóveis e construção civil.

Enganam-se, portanto, todos os que procuram semelhanças entre os dois períodos a partir da comparação desavisada entre taxas de crescimento setoriais. Esse raciocínio formal passa por cima justamente do que é básico: em um momento está ocorrendo uma verdadeira revolução no aparelho industrial, em outro é mantida, praticamente intaeta, a mesma estrutura

Outra diferença marcante está nas exigências distintas impostas à estrutura da distribuição da renda por ambas as formas de acumulação. Na fase 56/62, o crescimento rápido foi compatível com o aumento da taxa dos salários reais de base, pelo menos até 59, e não houve, de forma significativa, uma abertura em leque das rendas do trabalho. No período recente, ao contrário, a dominância de bens duráveis de consumo impôs uma pronunciada diferenciação dos salários, cuja condição de compatibilização era dada, em última instância, pela contenção dos salários de base.

Na etapa de crise e luta anti-inflacionária, os salários de base teriam de declinar, como já foi dito, para melhorar as condições de financiamento corrente das empresas. Na etapa subseqüente, não havia interesse em permitir sua expansão, buscando-se, com isso, manter uma taxa média de salários crescendo bem abaixo da produtividade. Isso atendia simultaneamente a dois objetivos: aumentar as margens de lucro globais de modo a favorecer o autofinanciamento da acumulação das empresas e permitir uma realimentação contínua dos me-

6

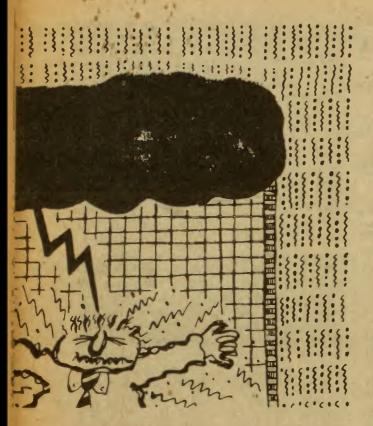
2

canismos de diferenciação da estrutura de remunerações urbanas.

No que se refere à articulação externa da economia, os dois padrões de crescimento apresentam igualmente diferenças frisantes. Durante o Plano de Metas, o crescimento industrial defrontou-se com uma capacidade para importar relativamente declinante, o que foi em boa medida contornado pela entrada substancial de investimentos diretos. A contribuição dos empréstimos em moeda foi françamente desprezivel, e a divida externa cresceu a taxas modestas. Muito outras foram as condições da expansão recente, neste particular. A capacidade para importar cresceu cerca de 150% entre 67 e 73, impulsionada fundamentalmente pelo «export-drive» facultado pelo crescimento sem precedentes do comércio mundial nos pós-guerra e apoiado por um generoso sistema de incentivos fiscais e crediticios. Por outro lado, a sobre-liquidez do mercado financeiro internacional permitiu que financiássemos um crescente déficit em conta corrente, com a entrada maciça de empréstimos em moeda.

Nestas condições, o crescimento das importações pela aceleração da taxa de acumulação e pela relativa atrofia dos setores básicos acabaria provocando problemas graves no Balanço de Pagamentos. Quer dizer, o crescimento das exportações, mesmo a taxas elevadas, seria insuficiente para financiar o «déficit» em conta corrente: não seria capaz de, ao mesmo tempo, cobrir as importações e fazer frente ao desequilíbrio da conta de serviços. O recurso crescente ao endividamento externo era inevitável, nestas circunstâncias. A elevação dos preços do petróleo ocorrida no final do período apenas veio a agravar uma tendência inexorável.

As transformações da agricultura brasileira, do mesmo modo, foram bastante afetadas pela necessidade de um bom desempenho do setor externo. Tratava-se de estimular a todo custo a diversificação das exportações agrícolas, o que foi feito através de fixação de preços mínimos sistematicamente favoráveis aos artigos com cotação no mercado internacional, concessão de crédito fortemente subsidiado, etc. A produção rentável dos bens exportáveis, especialmente a soja, exige mecanização em larga escala, uso de herbicidas e adubos, em suma, uma elevação do investimento e do nível de gastos correntes, o que certamente acelera a destruição de formas de produção pré-capitalistas ou capitalistas atrasadas (colonato). É claro que as transformações viriam de qualquer modo, desde que o prosseguimento do desenvolvimento capitalista implicaria necessariamente em «industrializar o campo» e unificar o mercado de trabalho, e já eram entrevistas claramente no período anterior, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Mas é indiscutível que a violência e a rapidez com que se processaram, patentes hoje



pela existência de milhares de bóias-frias, se deveu a uma orientação deliberada da política econômica.

Ainda é necessário assinalar o papel desempenhado pelo gasto público. Desde logo, tanto no período JK, quanto na etapa recente, o gasto público funcionou como um acelerador da expansão. No entanto, duas são as diferenças básicas. Em primeiro lugar, no ciclo recente a elasticidade maior do sistema tributário não só evitou o recurso ao financiamento do gasto através de emissões, como também permitiu seu crescimento a taxas bem superiores às de crescimento do produto. Em segundo lugar, a estrutura do gasto público é bastante distinta em ambos os períodos. No período JK. salvo a construção de Brasilia, o gasto esteve concentrado na formação da infraestrutura, diretamente exigida pelo novo bloco de inversões. Na expansão recente, aumenta o peso dos gastos improdutivos, destinados a suportar e estimular o festival automobilistico, gerando carências quase insanáveis no que se refere a saneamento básico, transporte urbano de massa, etc. Por outro lado, a modernização do aparelho do Estado, em consonância com a estrutura burocrática da grande empresa, determinou um crescimento acentuado dos desníveis salariais no setor público, o que concorreu em boa medida para agravar a tendência à desigualdade distributiva.

Tem suscitado acerba controvérsia a questão relativa à hipotética ampliação do processo de estatização da economia. Colocado o problema desta forma, poder-se-ia supor que durante a expansão recente o Estado teria aumentado

6

8

5

4

relativamente sua propriedade sobre os meios de produção. Trata-se, na verdade, de uma ilusão ótica.

Não é correto afirmar que o Estado através da empresa pública tenha alargado sua participação na apropriação do excedente. No que se refere às atividades propriamente produtivas, as grandes empresas estatais realmente acompanharam o crescimento de toda a economia, aumentando sua capacidade de autofinanciamento e de acumulação financeira, procurando, ademais, diversificar seus investimentos, como o faria qualquer grande empresa. Isto, porém, não significa que tenha crescido o peso do chamado setor produtivo estatal no conjunto das grandes empresas, porquanto sua taxa de crescimento não foi superior à de suas congêneres privadas. Além disso, continuou nos mesmos setores em que já operava anteriormente, com a grande exceção da petroquímica, onde entrou num esquema de participação com a empresa privada. O mesmo se pode dizer do setor financeiro, onde não houve estatização alguma. O engano aqui reside na confusão entre a capacidade do Estado em utilizar seu maior poder fiscal para a constituição de fundos de poupança compulsória e a apropriação por ele destes recursos. Em outras palayras, o Estado acentua seu papel de mobilizador e concentrador de excedente, mas apenas age como um mero repassador de fundos ao setor privado. Acreditamos que episódios recentes tenham servido, pelo menos, para convencer alguns recalcitrantes, bigodeados pelas metamorfoses do capitalismo, que chegaram a entrever neste fenômeno as bases de um «processo de renacionalização do mercado interno» (sic).

Em suma, o Estado não apenas criou as condições, pelo manejo da política da estabilização, para que o ciclo recente tivesse como eixo a indústria de bens duráveis de consumo, como também, já na expansão propriamente dita, nada mais fez que sancionar integralmente este padrão de crescimento. Ainda que houvesse a dominância do setor de consumo durável, todos os demais interesses capitalistas puderam ser satisfeitos, naturalmente de forma diferenciada. Prova inequivoca disto é o apoio incondicional e o aplauso unânime e permanente que o empresariado votou à política econômica, que pareceu mesmo ter realizado o verdadeiro milagre de proporcionar tanto lucro a todos.

### III - A dinâmica da acumulação

Pensamos ter demonstrado que o crescimento do período 68/74 se fez com a clara dominância do setor de bens duráveis de consumo. Cumpre agora examinar a dinâmica particular desse crescimento, apontando as contradições dele decorrentes.

2

CM

## Mas a expansão apresentou contradições que conduziriam à crise.

Em primeiro lugar, um crescimento acelerado apoiado neste setor apresenta desde logo problemas de realimentação dinâmica. Senão vejamos. É inequívoco que duas condições são indispensáveis para que a recuperação ocorra através desta indústria. A existência de capacidade ociosa e a expansão das margens de endividamento das famílias. A primeira condição estava posta, como já foi dito, pela própria crise, aprofundada pela política de estabilização em 1967.

A segunda condição foi preenchida pela reforma do mercado de capitais que permitiu a mobilização de excedentes financeiros de empresas e famílias para financiamento do consumo. Este novo esquema de financiamento ao consumo funciona, portanto, como uma elevação autônoma da demanda de duráveis, determinando que a recuperação seja feita através deste setor, atingindo, à medida que ocorre, os setores situados na retaguarda da estrutura industrial (aço, vidro, borracha, etc.).

Isto é, a recuperação da indústria de bens de produção se dá depois da expansão do setor de duráveis. Isto implica numa defasagem dos ritmos de acumulação. A indústria de duráveis eleva sua taxa de acumulação e a indústria de bens de produção só vem a fazê-lo algum tempo depois. A existência deste hiato terá repercussões importantes para a dinâmica da economia. De fato, por sua própria natureza a indústria de duráveis é incapaz de manter um crescimento autogerado, como o é a indústria de bens de produção. Isto porque, preliminarmente, há uma fratura entre a ampliação de sua taxa de acumulação e o crescimento de sua demanda efetiva. Quer dizer, ao contrário da indústria de bens de produção, a indústria de bens duráveis de consumo não consegue crescer fechada nela mesma. Exige para a continuidade de seu crescimento acelerado uma continua ampliação das taxas de crescimento da demanda que não é capaz, por si só, de gerar. É claro que sob determinadas condições sua própria expansão logra gerar uma estrutura de emprego e uma distribuição pessoal da renda compatíveis com a elevação de sua taxa de acumulação. Em primeiro lugar sua expan-

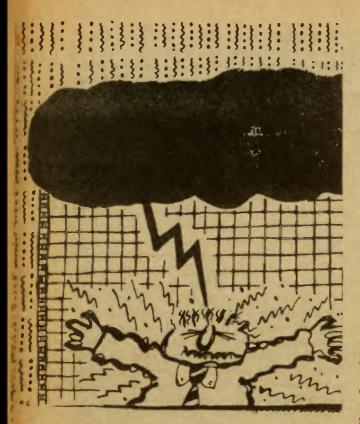
são multiplica as atividades de apoio (manutenção do estoque de duráveis, formas de comercialização e financiamento) cuja estrutura de emprego privilegia a absorção de trabalho especializado ou de «colarinhos brancos» bem remunerados. Ademais, no período recente verificou-se uma profunda modernização na burocracia da grande empresa, fenômeno que se estendeu ao setor público, ligado às exigências postas ao aparelho de Estado, pela gestão de uma economia monopólica. Uma outra fonte importante de expansão do setor foi representada pela diferenciação de modelos, acompanhada pelo encurtamento do período de obsolescência dos bens duráveis, tudo isso apoiado por intensa manipulação publicitária.

Num certo sentido, tendo-se presente o que foi dito acima, a expansão do setor de duráveis promove um aumento da desigualdade distributiva no interior das rendas do trabalho, em particular entre a cúpula dos que recebem ordenados e a base dos assalariados, compatível com a aceleração momentânea de sua taxa de acumulação. Além disso, nas condições em que se processou a recuperação, esta indústria contava com largas margens líquidas de endividamento das famílias, garantidas tanto pelo sistema financeiro, voltado para o atendimento de seus interesses, quanto pelo crescimento da renda provocado pela sua própria expansão.

Como é óbvio, os elementos responsáveis pelo «salto à frente» e pelo crescimento rápido do setor tendem a um esgotamento progressivo, desfalecendo em curto período o ritmo de crescimento da demanda, sem que isto signifique uma queda da taxa de acumulação interna das empresas. Não é preciso dizer que a assincronia entre os ritmos de crescimento da demanda e da taxa de acumulação da indústria de duráveis determina uma ampliação das margens de capacidade ociosa, o que mais cedo ou mais tarde deprimirá a rentabilidade esperada de novos investimentos, passando a indústria a enfrentar uma crise de realização dinâmica, isto é, a ter um potencial de acumulação superior à sua capacidade de crescimento efetivo.

Em suma, o crescimento acelerado da indústria de duráveis é de fôlego curto, sobretudo num país cuja base da pirâmide salarial não pode ter acesso aos bens por ela produzidos.

Pode-se objetar que a expansão acelerada da indústria de duráveis levaria à recuperação da indústria de bens de produção que, em seguida, passaria a liderar o crescimento industrial. Na verdade, o crescimento da taxa de acumulação na indústria de bens de produção foi, direta ou indiretamente (por força da expansão do gasto público, permitida pelo aumento da receita), induzido pela indústria de duráveis. E, de fato, os setores pesados da indústria de bens de produção estatal ensaiaram um crescimento auto-sustentado, ampliando seguidamente, após 1970, sua taxa de acumula-



ção. No entanto, a crise seria inevitável. Ve-

Naturalmente o crescimento da indústria de bens de produção promove um reforço na expansão da demanda de duráveis. Mas, apesar disso, a longo prazo seria inevitável a de exportação. Como pode s duráveis. Isto porque a estrutura de gasto, bem como a estrutura de emprego geradas pela expansão da indústria de bens de produção pria crise se er pouco afetam o crescimento da demanda de duráveis, que não poderia, de forma alguma, acompanhar o crescimento ou mesmo a manutenção da taxa de acumulação.

Em segundo lugar, a expansão da indústria de bens de produção encontrava também limites estreitos. Desde logo, supunha a resolução de problemas de financiamento incontornáveis. Para levar adiante os grandes projetos da indústria de base (siderurgia, não-ferrosos, grandes estruturas, etc.) seria necessária uma brutal concentração de capitais, além de maciços financiamentos externos. Em relação ao primeiro ponto, há que assinalar a ineficiência do sistema financeiro privado que estava ajustado para acompanhar e suportar o desempenho da indústria de duráveis. Restava a alternativa de concentrar recursos através do sistema financeiro público e colocá-los à disposição das empresas situadas nos setores de base. Esta alternativa foi formulada explicitamente pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), mas malogrou por razões que tentaremos explicitar mais adiante.

Aparentemente o financiamento externo cumpriu sua parte, se tormos atentar para o

volume de recursos que ingressaram na economia. No entanto, a natureza da articulação externa era inadequada. A maior parte destes recursos entrou sob a forma de empréstimos em moeda para capital de giro, quer dizer, sob a forma de aportes meramente financeiros e de prazo relativamente reduzido. O que o prosseguimento da expansão da indústria de bens de produção exigia era substancialmente distinto. Ou investimentos diretos ou financiamento de longo prazo. Nenhuma das formas era possivel: numa conjuntura internacional em que já se entrevia a crise, a empresa multinacional passava a agir com redobrada cautela, exigindo condições excepcionais para participar do esforço interno de investimento, e o financiamento externo de longo prazo dependia dos limitados recursos das agências financeiras oficiais e não mais dos banqueiros privados.

Quanto à indústria de bens de capital seriados (máquinas operatrizes em geral), esbarrávamos em dificuldades talvez mais graves. Preliminarmente, repontam problemas de escala, extremamente importantes para este tipo de indústria. Isto suscita uma estratégia das empresas multinacionais, que controlam a tecnologia neste ramo produtivo, orientada no sentido de evitar a dispersão espacial de suas plantas. Logo, pelo menos para os itens mais significativos, o mercado interno brasileiro revela-se estreito, com o que o investimento só se concretizaria se as multinacionais estivessem interessadas em usar o Brasil como plataforma de exportação.

Como pode ser percebido, a expansão recente esteve atravessada de contradições que conduziriam à crise. E, ao mesmo tempo, a própria crise se encarregará de revelar a natureza dos problemas que terão de ser enfrentados pela economia brasileira.

### IV - A crise

Os anos de 72/73 assistiram ao auge do ciclo. A taxa de investimento chegou a atingir cerca de 27%, nível efetivamente elevado para qualquer economia capitalista. A velocidade da acumulação que pode ser bem avaliada por este indicador provocou alguma pressão sobre o mercado de trabalho, forçando certa elevação dos salários nominais de base e suscitando queixas generalizadas quanto à escassez de mão-de-obra. Já no final do biênio a especulaçõa desenfreada com matérias-primas aparecia no cenário como mais um indicador seguro de que o ritmo de atividade havia atingido o ápice.

Esta, porém, é apenas uma descrição epidérmica do fenômeno. Tentemos nos aproximar de suas determinações mais profundas. E para isso será necessário relembrar o que foi dito no item anterior, acerca da assincronia entre as taxas da acumulação dos setores, no momento da retomada. A taxa de acumulação da indús-

2

CM

## A crise, patente em 75, decorre de um problema de realização dinâmica.

tria de bens de produção começa a se acelerar a partir de 1970, atingindo seu ponto mais alto em 1973. No entanto, a taxa de expansão do setor de duráveis já em 1972 começa a dar mostras de desfalecimento. Um declínio mais acentuado deste setor foi impedido quer pelo ritmo da acumulação da indústria de bens de produção, quer por uma política econômica francamente expansionista em suas dimensões fiscal e monetária. Em suma, o auge do ciclo pode ser explicado pela combinação da aceleração vertiginosa do crescimento da indústria de bens de produção e pela política econômica que conseguiram manter a demanda de duráveis em um patamar bastante elevado, ainda que a uma taxa declinante.

O declínio da taxa de acumulação do setor de duráveis começa a arrastar os demais setores, já no final de 1973, num momento em que a capacidade instalada da indústria de bens de produção estava se ampliando em resposta às decisões de investir tomadas durante o auge de 72/73. E como vimos, o setor produtivo estatal era incapaz de subir sua taxa de acumulação, dado os problemas de financiamento já apontados, de modo a compensar o declínio do investimento privado.

A recessão só não vem porque, em primeiro lugar, o investimento das grandes empresas não é paralisado, mas apenas diminui seu ritmo, e, em segundo lugar, porque o gasto público se manteve em nível elevado, tudo isso sufragado por uma política monetária permissiva. Em 1975, a crise já é por demais patente, uma vez que o investimento privado sofre corte substancial.

Fica clara, portanto, a inconsistência das diversas interpretações da crise que nos tem sido oferecidas. A mais ingênua delas, mas nem por isso a menos exótica, quer nos fazer crer que a demanda de duráveis teria declinado pelo encurtamento dos ordenados dos tecnoburocratas. conspícuos consumidores daqueles bens. Ou então — é surpreendente que tal idéia comporte variações — a mudança da política salarial, em 1974, teria «desviado» demanda, não se sabe bem por que ínvios caminhos, do setor de duráveis para a indústria

2

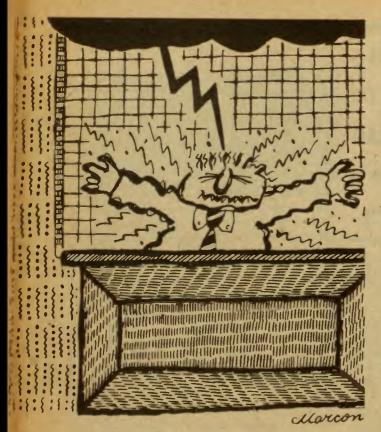
cm

de bens de consumo assalariado. Não é necessário dizer que semelhante interpretação se compadece se um keynesianismo escolar, mas bastante disseminado, confundindo problemas de realização dinâmica com questões de demanda corrente. Como procuramos demonstrar, a crise de desencadeia em função da incompatibilidade entre as taxas de acumulação e de crescimento da demanda efetiva de bens duráveis de consumo. É a isto que chamamos um problema de realização dinâmica. Para finalizar, apenas um lembrete: ensina a boa doutrina que os ordenados são deduções da margem de lucro e que, portanto, a queda da massa de ordenados decorre da queda da massa de lucros.

Uma outra explicação apresenta a crise como decorrente da escassez relativa de recursos produtivos. Seria como se a economia, em dasabalada carreira, se chocasse com o obstáculo representado pela impossibilidade física de fazer subir a taxa de investimento. Em outras palavras, a taxa de investimento sofreria súbita desaceleração devido à escassez de recursos produtivos. Esta tese é a aplicação, desprovida de qualquer imaginação, do tão famoso quanto desacreditado princípio do «teto». E justamente desacreditado porque o capitalismo, por sua própria natureza, expande continuamente sua fronteira de recursos, não só por sua avassaladora capacidade de promover o progresso tecnológico, como também pela incessante dilatação do espaço econômico que enlaça, cada vez mais, todas as economias num mercado mundial. Argúem os adeptos desta formulação, em seu favor, a intensa procura de meios de produção e mão-de-obra, ocorrida no final de 73, como sintoma de escassez de recursos. A «demanda» por meios de produção, antes de indicar escassez, revelava, isto sim, especulação desenfreada, própria das fases de auge; e poderia ser satisfeita por importações, como bem o demonstra a evolução do balanço de pagamentos em 74, quando o valor das compras externas «apenas» dobrou, passando de 6 para 12 bilhões de dólares. As dificuldades do mercado de trabalho foram extremamente localizadas, sobretudo na construção civil. Ou alguém de bom senso seria capaz de imaginar falta de mão-de-obra num país em que o desemprego é um fenômeno crônico?

Finalmente, nos defrontamos com a explicação que vê na política econômica a causa maior do desencadeamento da crise. Diante de problemas agudos de exacerbação da taxa de inflação e de déficits assustadores no balanço de pagamentos, o Governo se viu constrangido a frear a economia. A falsidade desta interpretação é por demais evidente. A crise se inicia no final de 73 e até 1975 nenhuma medida restritiva foi tomada, quer em relação à elevação dos preços, quer em relação ao desequilíbrio das contas externas.

Na verdade, a Política Econômica começa a enfrentar os sintomas da crise em 1975, quan-



do a economia já estava mergulhada na «estagflação». Viu-se, assim, constrangida a oscilar entre, por um lado, o combate mais drástico à inflação e aos desequilíbrios recorrentes do balanço de pagamentos, e, por outro, a sustentação, em níveis elevados, da **produção corrente.** No entanto, deve-se admitir que as medidas restricionistas foram ineficazes.

Em relação à inflação, o combate ficou restrito ao controle monetário, reiteradamente ludibriado pela capacidade das empresas em acelerar a «velocidade de circulação da moeda», contando para isso com a existência do «Open-market». Nestas circunstâncias, qualquer «aperto de liquidez» era imediatamente resolvido por uma corrida ao mercado de dinheiro de curtíssimo prazo, o que provocava elevação súbita das taxas de desconto dos títulos e acelerava a especulação. A ameaça da «inflação de demanda» se converter, ex-abrupto, numa «inflação de custos», levava o Governo a recuar, irrigando novamente o mercado. Tudo isto apenas confirma uma verdade elementar: o uso isolado de instrumentos monetários prende a Política Econômica numa armadilha.

É de se indagar por que o Governo não recorreu à utilização de outros instrumentos, como o controle diferenciado de preços ou um corte mais drástico no gasto público. Em primeiro lugar, o controle de preços em geral representaria um policiamento das margens de lucro das grandes empresas, isto é, a eliminação de uma arma poderosa de proteção de sua rentabilidade. Se esta medida assume caráter

setorial, estar-se-ia privilegiando certos ramos de atividade em detrimento de outros. Por exemplo, controlar os preços da indústria automobilística e liberar os da indústria de base.

Em segundo lugar, um corte drástico no gasto público mergulharia a economia numa recessão que não interessava, evidentemente, a ninguém. Ao contrário das restrições monetárias, esta medida, sim, teria repercussões sérias sobre o nível de atividade corrente. Como já foi observado em relação à crise anterior, tal cometido providenciaria, além de uma quebradeira generalizada de pequenas e médias empresas, o encurtamento das margens de lucro das grandes corporações, arrastando, ademais, o setor financeiro, já às voltas com dezenas de empresas virtualmente falidas, que sobrevivem às custas de recursos governamentais.

Quanto ao balanço de pagamentos, o Governo se restringiu a medidas que visavam equilibrar a balança comercial e, mesmo estas, podem ser consideradas tímidas. Nem se poderia, aliás, agir de outra forma. Na verdade, o valor atual das importações está comprometido com o nível de atividades corrente e com o investimento, ainda em curso, das grandes empresas públicas e privadas. Cortar o gasto em importações, portanto, ou deprimiria o nível de atividade, ou promoveria uma súbita desaceleração do investimento, que ainda se mantém num patamar mínimo. E necessário advertir que, ademais, o verdadeiro problema do balanço de pagamentos não está na balança comercial senão no volume e estrutura do endividamento externo. O serviço da divida (juros e amortização do principal) exigiria um crescimento das exportações da ordem de 25% ao ano, objetivo que nem mesmo os mais otimistas seriam capazes de excogitar. Isto quer dizer que, daqui para frente, o controle efetivo do desequilíbrio externo requererá, fatalmente, o reescalonamento da divida, o que implicaria em considerar os interesses dos bancos privados internacionais e de empresas coligadas.

Deve ficar claro, porém, que os problemas da inflação e do desequilíbrio do balanço de pagamentos não são os essenciais. Estes estão centrados na definição dos rumos da expansão futura e na estruturação de mecanismos capazes de garantí-la.

Como já afirmamos à saciedade, a definição dos rumos foi explicitada no PND, com sua ênfase na indústria de base e de bens de capital. No entanto, a implementação do plano foi impossível.

A maior razão de seu fracasso foi determinada pela incapacidade de se ajustar os interesses da grande empresa estatal, grande empresa nacional privada e corporação multinacional. Não se trata aqui, como julgam os desavisados, de um conflito desencadeado à partir de interesses gerais de cada segmento empresarial, como se cada um deles pretendesse fixar um caminho para a expansão, necessitando, para isso, submeter os demais. O problema na realidade, é muito outro: em torno de cada projeto definido pelo Estado, há que compor os interesses específicos das empresas de cada segmento. Ocorre que nenhum dos interesses ou bloco de interesses é capaz de se impor, viabilizando o objetivo fixado pelo Estado. Nestas circunstâncias, o Estado se vê dardejado por uma onda de solicitações contraditórias, que é incapaz de conciliar e atender. Assim, nem a definição dos projetos foi feita tomando em conta os interesses concretos, nem os interesses concretos podem se impor sem a mediação do Estado.

Alguns pontos merecem um exame mais acurado, na tentativa de desfazer equívocos. Em primeiro lugar, o chamado setor produtivo estatal não possui autonomia financeira suficiente para saltar à frente e liderar a expansão futura. Isto porque, desde logo, não há nenhuma articulação orgânica entre as várias empresas públicas que atuam como oligopólios isolados, de modo que não há a possibilidade de uma gestão conjunta de recursos que permitisse a centralização do capital e sua canalização para novos investimentos. Mais que isso, dado o comportamento das empresas, não há a possibilidade de fixação de prioridades que privilegiassem certos programas de inversão em detrimento de outros.

Alguém poderia objetar que o Estado teria

condições de transferir recursos fiscais para reforçar o poder de acumulação de suas empresas. Mas aí também o Estado se vê às voltas com solicitações da empresa privada que reivindica sua parte no bolo. O aturdido Leviatã assiste, de mãos atadas, o encurtamento súbito de seu poder financeiro e é surpreendido por acusações de promover a estatização desenfreada. Verum index sui et falsi.

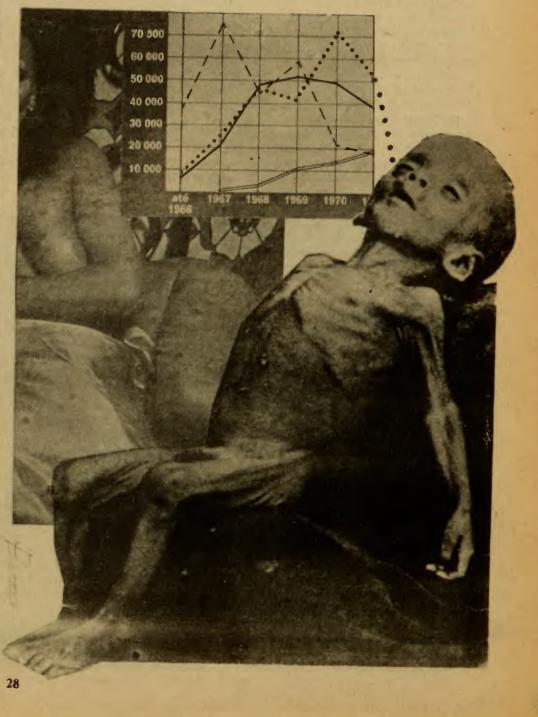
Por outro lado, a grande empresa internacional, diante da crise mundial, mantém um comportamento cauteloso: não está disposta a se envolver em projetos por demais ambiciosos, nem a investir sem que lhe sejam oferecidas vantagens de monta. Não está comprometida com os nossos destinos, como potência capitalista, mas sabe muito bem que o avanço do capitalismo no Brasil não será logrado sem sua larga participação. Nestas condições, só os desinformados podem crer que será possível dinamizar o capitalismo, ferindo os interesses fundamentais da grande empresa internacional.

Dissemos acima que estes eram os problemas essenciais. Uma vez resolvidos, certamente estará definida uma política econômica de curto prazo, compatível com os rumos da expansão futura. E a condição sine qua non para a superação das dificuldades presentes exige que a sociedade brasileira resolva o impasse político que a paralisa.



Eduardo Matarazzo Suplicy

### A Evolução Recente da Economia Brasileira



Pretendo abordar, nesta palestra, numa perspectiva abrangente, os vários problemas entrelaçados da economia brasileira, nestes últimos quinze anos, falando um pouco sobre cada um deles, como política salarial, inflação, participação do Estado na economia, participação do setor externo na economia, as minidesvalorizações, o endividamento externo e o endividamento das empresas, no momento. E, logicamente, o envolvimento entre a economia e a política.

Nos últimos doze anos, pouco a pouco a economia brasileira se foi tornando especial aos olhos do mundo, aos olhos dos investidores nacionais e estrangeiros, das grandes empresas multinacionais. Tornou-se, de fato, por diversas circunstâncias, o país talvez ideal para os diversos investimentos das empresas estrangeiras.

Criou-se aqui um clima excepcional para a realização de investimentos lucrativos por parte de empresários, tornando a economia brasileira extremamente dinâmica, com uma rápida acumulação de capital apoiada por uma ativa participação do Estado.

Esta participação do Estado processou-se em ritmo crescente, por mais paradoxal que isso pareça, pois o movimento de 1964 foi realizado em nome da iniciativa privada e com o objetivo de evitar a participação crescente do Estado, pelo menos em termos ideológicos. Mas o fato é que o Estado foi pouco a pouco tendo uma participação crescente, não apenas quanto aos índices de participação dos tributos, ou dos impostos em relação ao Produto, ou dos gastos governamentais em relação ao Produto, mas também em termos empresariais.

De fato, o número de empresas de iniciativa do Estado veio crescendo rapidamente. Hoje, este número de empresas estatais situa-se em torno de 1.000. A revista «Visão», em seu último «Quem é Quem», identificou cerca de 571 empresas estatais no Brasil e procurou verificar o ano de criação dessas empresas. Conseguiu saber o ano de criação apenas de 373 empresas; segundo o Departamento de Pesquisas de «Visão», 70% dessas empresas foram criadas após 1964. Quando se completar esse levantamento, verificar-se-á certamente que essa produção é ainda maior, pois, na verdade, cerca de 80% das empresas estatais hoje existentes no país foram criadas a partir de 1964. Ainda mais, no período de maior «status» de crescimento da economia, de 1968 a 1974, quando esteve à frente da principal Pasta da Economia o Ministro Delfim Neto, foram

criadas nada menos do que 150 novas empresas estatais.

Poderíamos, diante desse fato, perguntar: Será que a economia brasileira teria apresentado um desempenho tão dinâmico se não existis se essa participação do Estado? Pode-se afirmar que esse desempenho dificilmente ocorreria sem a interferência desse fator. E até vemos, no momento, uma dificuldade, por parte do Governo, em realizar aquilo que, por parte de alguns setores empresariais, está sendo reivindicado, que é o corte da participação do Estado na economia, ou o corte dos investimentos estatais.

Ocorre que essa participação do Estado foi intimamente relacionada com a economia privada.

Qual foi a função do Estado na economia desde 1964?

Não foi uma participação crescente do Estado no sentido de socializar a economia, nem foi esse o objetivo, se bem que, em alguns casos, teria tido objetivos sociais importantes. Mas o objetivo principal foi propiciar facilidades ao setor privado.

De que forma? O Estado passou a produzir, de um lado, uma infraestrutura crescente para os diversos setores da economia se expandirem. Haja visto os investimentos estatais nos setores da expansão energética para todos os pontos do país, no setor da indústria automobilística (estradas, asfalto, viadutos, etc., visando principalmente propiciar espaço para o crescimento da indústria automobilística). Por exemplo, de 1964 a 1974, a indústria automobilística destacou-se como o setor líder da economia brasileira, crescendo 440% só em automóveis para passageiros; de 1968 a 1974, que foi o período de mais rápido crescimento, a produção de veículos para passageiros cresceu à taxa de 22,5% — enquanto a economia crescia a uma taxa média de 10,1%.

Para tanto, foi de grande valia à ajuda dada pelo Estado, em termos de construção de infraestrutura e, de outro lado, com o fornecimento de insumos básicos, bens intermediários, que, se não fossem produzidos pelo setor estatal, provavelmente seriam oferecidos a preços mais altos.

De certa forma, portanto, o setor estatal subsidiou e propiciou melhores oportunidades ao setor privado da economia.

Houve, além disso, outros tipos de subsídios, como o subsídio ao consumo de petróleo que ocorreu até 1974, e que agora vem-se modificando gradativamente.

O Estado teve, pois, uma participação excepcional na criação desse ambiente propício para a realização de empreendimentos lucrativos na economia brasileira.

Outros diversos fatores, como reformas institucionais, desenvolvimento de mercado de capitais, também foram importantes.

<sup>(\*</sup> 

Palestra realizada na V Ildade Tibiriçá em dezembro de 1976. O texto foi publicado originalmente na Revista **Tibiriçá**, nº 6. Está aqui reproduzido integralmente, inclusive com parte do debate que se seguiu à exposição.

Não terei tempo de abordar todos esses aspectos, mas um aspecto muito importante, na minha opinião, foi o que ocorreu em termos da politica salarial do Governo desde 1964, combinado com as taxas de inflação verificadas nesse período.

No início dos anos 60, nossa economia estava passando por uma fase difícil, de recessão, instabilidade política — situação um tanto caótica, grande apreensão do meio empresarial em relação ao que poderia ocorrer politicamente no país, inclusive com transformação política que poderia ameaçar a propriedade privada — e, ao mesmo tempo, uma inflação substancial, de quase 90%.

Ocorreu, então, o movimento de 1964, que procurou reorganizar a economia. Diagnosticou-se, então, que a principal fonte inflacionária era o déficit orçamentário. Em consequência, para se combater a inflação, restringiu-se o déficit orçamentário, que, em 1970, tornou-se praticamente irrisório.

Por outro lado, o governo procurou adotar uma outra política salarial. Esta outra política salarial já estava bem definida desde o Plano de Ação Econômica do governo Castelo Branco, tendo como objetivo manter a participação dos assalariados no Produto Nacional e fazer com que os salários, em termos reais, aumentassem de acordo com os ganhos de produtividade obtidos pelos trabalhadores. Para tanto. o Governo passou a adotar uma fórmula, durante estes últimos doze anos, com pequenas modificações, segundo a qual, para atingir aquele objetivo (salário real crescer ao mesmo ritmo da produtividade), em situação de inflação, uma vez por ano, ou a cada 12 meses, os salários nominais das categorias sindicais em geral seriam ajustados de forma a recompor, em primeiro lugar, o poder aquisitivo médio dos salários dos últimos 24 meses, e, depois de 1974, dos últimos 12 meses. Ademais, colocava-se um acréscimo, levando-se em conta a expectativa de inflação nos próximos 12 meses - o que se chamou «resíduo inflacionário» acréscimo que era de metade dessa taxa de inflação prevista. Além disso, havia mais um indice, correspondente ao aumento de produti-

Teria o Governo seguido corretamente essa fórmula, como havia inscrito em suas diretrizes?

Em verdade, a política salarial tornou-se extremamente restritiva, seja porque o resíduo inflacionário anunciado era sempre inferior ao que realmente se verificava, seja porque o índice de produtividade era calculado em taxas inferiores às reais.

Nesta política salarial restritiva, poderíamos até identificar alguns períodos diferentes. De 1964 até 1969, os salários nominais foram em geral reajustados até menos do que o custo de vida. Quer dizer que, em termos de reajustes

5

6

8

# Salários baixos e quadro político fechado: com isso aumentou a desigualdade de rendas no país.

institucionais, os salários reais caíram até 1969. De 1969 até 1974, o custo de vida foilevado em conta, assim como os aumentos de produtividade, mas indevidamente, isto é, menos do que realmente se verificava. Em conseqüência, também neste período, os salários aumentaram menos do que deveriam pelos ganhos de produtividade obtidos pelos trabalhadores.

Alguns economistas poderiam argumentar que não é tão importante o ajuste institucional dos salários, porque, afinal de contas, os assalariados acabam ganhando no mercado mais ou menos aquilo que está de acordo com a sua contribuição para a economia, segundo a teoria da produtividade marginal. Assim, os trabalhadores seriam compensados de acordo com a produtividade de cada um para as empresas.

Mas essa teoria da produtividade marginal, seguida pela Escola Neo-Clássica, vem sendo cada vez mais criticada pelos economistas.

Se observamos o que ocorreu no Brasil e em outros países, podemos claramente ver a importância desses ajustes institucionais na economia. Mesmo que cada um conseguisse obter no mercado aquilo que esteja em proporção com a sua contribuição para as empresas, a existência da inflação e esse sistema de reajuste apenas a período de 12 meses, possa haver um ganho para as empresas, na medida em que os preços são ajustados mais rapidamente do que os salários.

2

CM

Em geral, as empresas ajustam os seus preços a cada 3 ou 4 meses, e os salários a cada 12 meses. E. certamente, o fator institucional de reajustes coletivos é muito importante. Se, de um lado, no Brasil, nesse período de 1964 a 1974, os salários no início não aumentavam nem de acordo com o custo de vida, e depois, quando aumentaram de acordo com o aumento do custo de vida, não corresponderam a todo o aumento de produtividade, o resultado foi que as empresas puderam ter margens de lucro mais favoráveis, crescentes e relativamente maiores do que ocorria noutras economias.

Margens de lucros maiores representam, para os empresários, primeiro maiores fundos para serem reinvestidos, depois perspectivas de maiores lucros quando esses fundos forem reinvestidos. Para os empresários estrangeiros, se, em seus países de origem ou em outros países as condições não forem tão propícias, logicamente se configuram incentivos para canalizarem capitais para o nosso país.

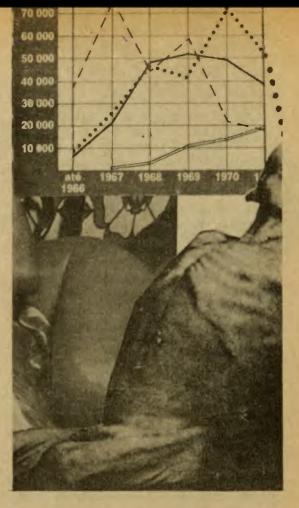
E, de fato, isso aconteceu. O Brasil se tornou um dos países em que as oportunidades de lucros eram maiores em relação não só aos países centrais da economia mundial (Estados Unidos, Inglaterra, Itália e outros países da Europa Ocidental) como em relação a outros países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Chile, e mesmo a países da África e à maioria dos países da Ásia.

Começou, assim, a haver maiores tundos para reinvestimentos e, ainda, esse influxos de capitais do exterior, que geraram uma acumulação de capital crescente, e que, pouco a pouco, foram gerando o dinamismo da economia e, a longo prazo, até maiores oportunidades de emprego para a crescente população brasileira.

Na medida em que essa acumulação de capital se tornava mais rápida, mesmo com uma crescente mas menos rápida mecanização, criava-se uma demanda maior por mão-deobra e consequente melhoria dos salários reais a longo prazo.

Mas, no prazo médio, o que ocorria com a distribuição da renda nacional?

Na medida em que os salários, principalmente os da maior massa de trabalhadores, eram restringidos institucionalmente (salário mínimo baixo e ajustes salariais periódicos bastante rígidos), e o quadro se complementava com uma situação política bastante fechada e com uma legislação trabalhista em que os trabalhadores estão impedidos de se organizar para reivindicarem maiores salários ou fazer greves (ou, mesmo que a legislação permitisse, existiriam meios institucionais e às vezes policiais para impedir que tal ocorresse, pelo menos durante boa parte destes últimos 12 anos), elaborava-se uma situação de ampliação das disparidades de rendas no país, diagnosticada por muitos econo-



mistas e registrada pela comparação dos Censos de 1960 e 1970 e por dados mais recentes dos salários de diversas categorias.

Portanto, nesse período de grande crescimento, enquanto as camadas médias e superiores aumentaram substancialmente sua participação na renda nacional crescente, a grande massa de assalariados e a população marginalizada, ainda que tivessem progredido um pouco, tiveram participação bem menor.

Como poderiamos explicar essa combinação de política salarial com inflação, e essa ampliação das disparidades de participação na renda?

Na medida em que essa política salarial restritiva propiciava oportunidades maiores de lucros, não apenas os empresários, os proprietários dos meios de produção, iam acumulando maiores riquezas, mas também toda a classe gerencial se foi associando aos proprietários dos meios de produção e colhendo benefícios substanciais.

A remuneração de gerentes, ainda que obedeça aos fatores de oferta e procura no mercado (e aqui gostaria de observar que 2 escassez desses profissionais é em grande parte determinada institucionalmente, pois é o governo que fixa quantos podem ingressar nos cursos de administração, engenharia, economia, etc.) cresceu substancialmente mais do que a remuneração dos profissionais de menor nível de qualificação, como comprovaram diversos estudos, entre os quais o do Professor Edmar Lisboa

Bacha. Também fiz alguns estudos nesse sentido, comparando, por exemplo, a remuneração do gerente geral de uma grande empresa e o salário de um servente de construção civil, em São Paulo. Pude verificar que a remuneração do servente havia aumentado em termos reais, de 1969 a 1975, mas a remuneração do gerente geral era, em 1969, 65 vezes maior do que a dos servente; em 1975, era 91 vezes maior.

O exemplo vai apenas como ilustração das disparidades crescentes.

Tivemos, então, um período de grande crescimento, caracterizado por desequilíbrios crescentes, por uma disparidade de renda cada vez maior. Obviamente, o fenômeno haveria de produzir consequências nas características da produção brasileira.

Isto significa que a máquina produtiva nacional cada vez mais se dedicava a produzir aquilo que era mais demandado, ou seja, aquilo que as classes de major renda estavam cada vez mais consumindo. Tivemos, assim, um tipo de demanda por produtos que eram semclhantes aos que as empresas multinacionais vendiam às classes médias, tanto na europa como até mesmo nos Estados Unidos. Puderam, desse modo, essas empresas trazer para cá, sem grande esforço de adaptação, seja de produto ou de processo, o mesmo tipo de produtos que vendiam em seus países de origem, o que tornava os seus investimentos mais rentáveis e mais funcionais. Torna-se claro que essas empresas, ao vir para o Brasil, não tiveram que adaptar sua produção para tipos de produtos mais prioritários para a grande massa da população brasileira, que ainda não tem poder aquisitivo para imediatamente passar a consumir os produtos que as classes médias dos países desenvolvidos consomem; ou seja, não se dedicaram a produzir produtos mais simples, que atendessem prioritariamente a 60% ou 70% da população brasileira, aquela parte majoritária que ainda não participou ou participou pouco dos benefícios do desenvolvimento

Estou enfocando cada um desses aspectos, para, ao final, novamente relacioná-los entre si.

Vejamos agora outro aspecto importante desse período de «boom», de grande desenvolvimento, da economia brasileira.

Numa economia capitalista, quando começa um período de desenvolvimento, de melhores oportunidades de lucro, geralmente alguns empresários saem na frente desse processo. Alguns empresários mais agressivos, mais aguerridos, com maior tino empresarial e maior capacidade gerencial, vislumbram antes as melhores oportunidades de investimentos. Não tendo capital suficiente, provavelmente realizam alguns empréstimos. De início, aumentam seu endividamento e obtêm maiores lucros que outros. Mas, pouco a pouco, outros empresá-

5

6

A participação crescente do Estado foi gerando um setor autônomo: a tecnoburocracia estatal.

rios os imitam, realizam seus empréstimos para novos investimentos.

No Brasil, o clima para os empresários tomarem empréstimos no estrangeiro tornou-se propício, através de diversos mecanismos, como a Instrução 63 e as minidesvalorizações, que diminuíam os riscos cambiais (o atraso das minidesvalorizações ajudou também, pela diferença entre a taxa da intlação interna e a vigente no exterior), de forma que a tomada de empréstimos no exterior tornou-se mais barata que a tomada de empréstimos internamente.

As empresas foram, assim, incentivadas a tomar empréstimos.

Mais e mais empresas foram seguindo essa trilha, a tal ponto que aumentou substancialmente o grau de endividamento, não só da economia brasileira em relação ao exterior, mas, refletindo esse fenômeno, o das empresas em geral.

Na última edição da revista «Exame», sob o título «Os Melhores e os Maiores», pode-se ver o grau de endividamento, em relação ao patrimônio líquido, de 33 setores da economia brasileira, bem como o índice global de endividamento do grupo das maiores. Vê-se que, sem exceção, os 33 setores mostraram um substancial crescimento desse índice de endividamento sobre patrimônio líquido. Para o conjunto das empresas, esse índice aumentou de 37% em 1971, para 60% em 1975.

Não há problema em contrair dívidas, desde que se tenha certeza de poder pagá-las. E isso ocorrerá se a empresa realizar esses recursos, isto é, faturar com lucro, ou seja, sem custos crescentes.

Da mesma forma, para o país como um todo, não há problema em se endividar. A dívida externa em si não constitui um problema, desde que haja perspectiva da realização de recursos para pagá-la dentro do prazo fixado para o principal e os juros, digamos, nos próximos dez anos.

Vemos, portanto, a participação crescente do Estado, a combinação de diversos tipos de políticas favoráveis, melhores oportunidades de lucro, em particular a combinação de inflação com política salarial, e a conseqüente má distribuição da renda, o perfil de procura agregada propiciando o crescimento dos setores que serviam às classes de maior renda — configurando um quadro característico nesse período.

Esse tipo de crescimento, embora dinâmico, por ser tão desequilibrado, logicamente iria gerar crescentes tensões sociais e políticas no país.

Não foi só pela publicação dos dados do Censo ou das críticas dos economistas que o Governo veio a reconhecer que a distribuição da renda estava se deteriorando.

Havia um sentimento crescente de que a situação não poderia persistir. Tal sentimento foi mesmo refletido nas eleições de 1974, pelas quais o Governo pôde confirmar que a maior parte dos brasileiros não estava satisfeita com aquele tipo de desenvolvimento e era necessária uma modificação.

Já no II PND se declarava que era preciso corrigir tais distorções e caminhar numa nova direção. Por exemplo, a política salarial precisava ser gradualmente modificada.

O Governo procurou realizar tais modificações. Assim, a partir de 1974, tentou levar em conta os índices de custo de vida, a inflação prevista no futuro e os aumentos de produtividade, procurando, pela primeira vez, fazer com que os salários reais aumentassem de acordo com a produtividade.

Se a análise que fiz anteriormente é correta era de se esperar, então, que houvesse também uma modificação na economia. Houve, é claro, a quadruplicação dos preços do petróleo em fins de 1973, que também contribuiu para algumas modificações na economia brasileira, afetando especialmente a indústria automobilística.

Mas a mudança na política salarial teve, por sua vez, algumas influências. Verificou-se, por exemplo, que aquele padrão de crescimento das



rendas mais elevadas se alterou um pouco, pois não tiveram o mesmo ritmo de crescimento do período de 1968-74. Os salários mais baixos, ainda que não tivessem tido substanciais aumentos reais, aumentaram relativamente mais do que nos períodos anteriores.

Podemos ilustrar, como reflexo desse fato, com o que ocorreu no setor de vendas de automóveis de passeio. De 1968 a 1974, tais vendas haviam crescido de 22,5% ao ano; em 1975 e 1976, tais taxas diminuiram sensivelmente. Poderíamos estender o exemplo a todo o setor de bens duráveis da economia, especialmente os bens unitariamente mais caros, com algumas exceções (p. ex., a televisão colorida foi um dos itens mais bem vendidos nos últimos dois anos, mas os professores de «marketing» certamente explicaram o fenômeno que ocorre com um produto novo, de grande atração no início, acrescendo-se o fato de que, no Brasil, a televisão colorida não é de consumo individual, mas coletivo, em clubes, hotéis, restaurantes, praças públicas do interior, etc.)

Essa pequena alteração na política salariai já serviu para mudar um pouco as regras do jogo. Os empresários também sentiram isso e, pouco a pouco, foram pressionando o governo para não prosseguir nesse rumo, mas que injetasse maiores recursos na economia, maior liquidez, maiores oportunidades de crédito, para que tais bens continuassem a ser consumidos rapidamente.

Assim, se em 1975 tais setores sofreram com essa política restritiva, já no final desse ano o governo estava cedendo às pressões, como continuou a ceder em 1976.

Desta forma, o recrudescimento da inflação foi, pouco a pouco, minando os objetivos da nova política salarial e de melhoria da distribuição de renda.

Ainda que a situação não se tenha agravado muito nesse sentido — e, para isso, também contribuiu o processo eleitoral — o governo acha-se em situação extremamente difícil neste aspecto.

Vejamos os outros aspectos da participação do Estado e do endividamento das empresas.

A participação crescente do Estado, em parte, foi gerando um setor autônomo. A tecnoburocracia estatal foi criando uma certa autonomia. Muitos, no setor estatal, foram verificando que poderiam ter outros objetivos, que não apenas os da economia privada.

À medida que foram crescendo, as empresas estatais, ou seus filhotes, algumas delas passaram a concorrer com parte do setor privado. E parte do setor privado viu também parcela da poupança da economia ser disputada pelo setor estatal.

Alguns empresários privados começaram a solicitar ao Governo que diminuísse esta sua participação. E muitos empresários concordaram com tal reivindicação, mas com uma qualificação. Hoje, todo o setor privado sabe da importância da participação de alguns setores estatais para o desenvolvimento da sua economia. Isto ficou bem evidenciado nestes últimos meses, em que o Governo anunciou a intenção de desaquecer a economia com alguns cortes nos programas de investimento contidos no II PND. Imediatamente, setores da economia privada se reuniram para perguntar ao Ministro do Planejamento se seriam afetados pelos cortes, alegando que estavam confiantes naqueles programas do II PND, que haviam realizado investimentos, contraído dívidas, contratado empregados, etc. e que não poderiam mais gerar recursos para pagar as novas dividas e iriam ter capacidade ociosa, necessidade de despedir empregados, etc. Diante desse quadro, o Governo começou a recuar e a procurar qual o setor onde poderá cortar. Os empresários estão a favor dos cortes no geral, desde que não seja no seu setor...

Então, por onde começar os cortes? O mais simples seria realizar cortes em investimentos realizados nos últimos três meses, por exemplo, relacionados com a campanha política, pois as eleições também levaram o Governo a expandir os seus gastos. Mas o risco para o Governo seria grande, pois, certamente, o Governo já se prepara para as eleições próximas, daqui a dois anos, mais importantes do que estas, e tem que começar programas que sensibilizem as

5

6

# "Por que a nova riqueza acumulada deveria pertencer apenas aos proprietários dos meios de produção?"

massas eleitorais, a consciência política nacional, em benefício da população. Só o fato de haver eleição já constitui benefício para a maioria da população.

Aí está, em rápidas palavras, o quadro da situação.

O Governo, por tentar corrigir os efeitos de uma política salarial restritiva, após as primeiras alterações teve que atender aos interesses de uma máquina montada, que não podia mudar a curto prazo seu tipo de produção de um setor para outro; precisou injetar mais recursos, agravou a inflação, com a quase impossibilidade de retroceder quanto à participação crescente do Estado e ao grau crescente de endividamento da economia brasileira.

Esses são os tópicos mais importantes.

Creio que é preferivel colocar um ponto final em minha exposição, para abordar outros aspectos nas respostas às questões que os senhores propuserem.

### DEBATE

1a. Pergunta: O indice de produtividade vem-se reduzindo a cada ano, no cálculo dos aumentos salariais, faltando pouco para se chegar a zero. Alguns apontam este indice como inflacionário. O senhor concorda com está idéia? (Demir Barbosa da Silveira).

RESPOSTA: Certamente, aumentar salário de acordo com o índice de produtividade não é inflacionário.

2

cm

Aumentar salários mais do que aumenta o índice de produtividade é que pode ser inflacionário. Isto porque as empresas procurarão logo repassar esses custos adicionais aos preços. Se não conseguirem, vão ter suas margens de lucro diminuídas, o que poderá refletir-se sobre o ritimo de crescimento da economia.

Tomemos o exemplo de uma outra economia. Nos Estados Unidos, de 1960 a 1965, o ritmo de inflação foi bastante baixo, cerca de 2% ao ano, ou menos. Nesse período, os salários, em termos reais, aumentaram de acordo com a produtividade. De 1965 em diante, nos Estados Unidos, graças ao crescente poder de barganha dos trabalhadores, dos sindicatos, o salário foi crescendo mais do que o ritmo de produtividade e passou a crescer o grau de inflação da economia norte-americana.

Portanto, repito, aumentar salários de acordo com a produtividade, não é absolutamente inflacionário. Mas pode ser que os trabalhadores, achando que por muitos anos foram prejudicados, queiram agora compensar as perdas sofridas. E isso seria um problema.

É certo que esse maior índice de lucratividade, por longo período, que representou maior acumulação de capital para os proprietários dos meios de produção, também representa uma riqueza que, no futuro, gerará uma renda mal distribuída. E pode ser que os trabalhadores, gradativamente, achem que a riqueza a ser acumulada doravante tenha de ser socialmente distribuída, ou distribuída de forma mais democrática. Mas, esse já é outro aspecto do problema.

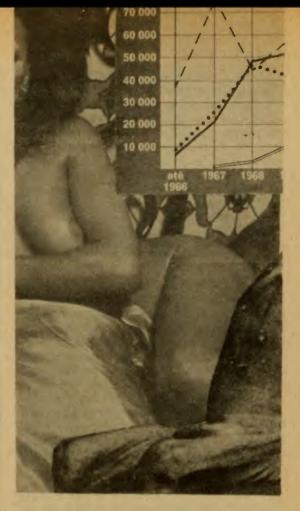
2a. Pergunta: - Sendo a concentração de renda necessária e capaz de propiciar fundos suficientes a novos investimentos, num país subdesenvolvido, não seria o «arrocho» salarial uma forma de combater a inflação, promover novos investimentos e socialmente criar novos empregos? (Christovão Theodoro de Brito).

RESPOSTA: Sim, «arrocho» salarial poderá representar maiores sacrifícios dos trabalhadores para que se contenha a inflação e para a formação de maiores fundos para reinvestimentos.

Mas por que a nova riqueza acumulada deveria pertencer apenas aos proprietários dos meios de produção ?

Por que não deixar também os trabalhadores participarem, em termos de propriedade, dos novos meios de produção que serão criados a partir do seu sacríficio?

Os trabalhadores já se sacrificaram, não apenas na última década, mas por muitas décadas, senão gerações. Há pouco mais de cem anos atrás, nem recebiam salários, pois parte deles eram escravos. E os frutos do seu trabalho propiciavam acumulação de capital para os proprietários dos meios de produção. Depois, foram sendo assalariados gradativamente.



Pode ser que os trabalhadores passem a criar uma consciência desse processo e venham propor um acordo para com os que estejam no governo. E, se for para um novo sacrifício de contenção salarial, há que haver uma compensação, de forma que a nova riqueza acumulada seja distribuída de maneira mais democrática entre aqueles que contribuirem para esse fim.

E há diversos mecanismos que poderiam ser criados para esse objetivo. Podemos visualizar diversas formas, a serem discutidas pelos trabalhadores. Esse debate, dentro da sociedade, levará à forma ideal institucionalmente de conseguir esse objetivo democraticamente.

3a. Pergunta: - É sabido que, para o Fundo Monetário Internacional, quando um país atinge o coeficiente de endividamento externo igual a 2, tal país está à beira do caos econômico.

Segundo os últimos dados publicados (por exemplo, último número da revista «Veja»), nosso coeficiente de endividamento já atingiu o indice 2,4.

Na sua opinião, se fosse menor a participação governamental em nossa economia, poderia ser melhorada tal situação? (Oswaldo Pereira Bueno).

RESPOSTA: Não sei exatamente qual o índice de endividamento que o FMI julga adequado como limite. Nem sei se alguém sabe

O que é interessante se observar é que, ao final do governo Kubitschek, o índice era de 2,2. Ao tomar posse, o Presidente Jânio Quadros fez um discurso, dizendo do estado gravissimo de nossa situação de endividamento externo. É agora está superior àquele índice, então julgado já bastante sério.

Mas com uma diferença. Hoje, a dívida externa brasileira está certamente mais bem escalonada, mais espaçados os pagamentos do principal e dos juros, para os próximos 5 ou 10 anos. Portanto, a situação hoje é melhor do que àquela época. Outro fator favorável referese à geração de recursos.

Não há dúvida, entretanto, que estamos em posição delicada face ao endividamento. O governo tem tentado fazer crescer as exportações e conter as importações, com o objetivo de realizar recursos para pagar as dívidas.

Por outro lado, parece-me um tanto estranho que o governo, para gerar mais reservas, mais divisas estrangeiras, até facilite a tomada de maiores dívidas. A dívida continua a aumentar. Isto leva a crer que o governo, que administra a dívida, encontra-se com certa folga. Enquanto os banqueiros não avisem sua disposição de não mais emprestar, o Brasil continua se endividando.

Quanto à parte da pergunta — se for menor a participação governamental, poderá ser melhorada esta situação? — não acredito que isso seja uma conseqüência necessária. Claro que o FMI gostaria que essa participação estatal losse menor, pois, pela sua própria filosofia, o FMI tem como objetivo primordial, dentro da economia capitalista, que seja aberta a maior área do mundo para investimentos e comércio das grandes corporações. Na medida em que o Estado participe mais, é possível que se reduza em alguma proporção o campo de atuação dessas empresas.

È preciso não esquecer que grande parte da divida externa brasileira hoje tem sua origem no setor governamental. Basta citar a CESP—Centrais Elétricas de São Paulo—que é responsável, talvez, por mais de um bilhão de dólares de nossa dívida, o Metrô, o Governo Federal, as Prefeituras, todos devem. Pelo menos, 1/3 da dívida externa brasileira é de origem governamental, ou de empresas estatais.

4a. Pergunta: - O peso significativo das empresas estatais na economia nacional proporciona maior mobilidade e rapidez ao governo no combate à inflação? (Eros Antônio de Almeida).

RESPOSTA: Isso depende da agilidade do governo em sua atuação no campo econômico. Pode ajudar ou piorar. Depende, também de cada setor estatal.

Desejo, aqui, observar que o que está sendo



difícil no momento é mudar a direção da máquina produtiva brasileira, rumo à produção de bens que pudessem servir à maior parte da população e que esta fosse tendo sua renda aumentada gradativamente.

Seria necessário que o governo, através de suas próprias empresas e através de apoio ao setor privado, promovesse o aumento da oferta de bens que servissem às prioridades principais da população brasileira. Porque, para combater a inflação teremos necessariamente que aumentar a oferta de bens. Não adianta pensar só em desaquecer a economia porque, se nesse desaquecimento diminuir a oferta de bens, a inflação pode até piorar. Podemos ter recessão, com desemprego, etc.

Talvez esse desaquecimento seja setorial. Por exemplo, talvez a indústria automobilística continue a produzir mais caminhões e ônibus, com crescimento menor da produção de automóveis, e outro setor, como o do transporte público, de massas passe a crescer mais, de molde a compensar a ênfase que se deu ao transporte individual na última década. E. em tudo isto, o setor estatal pode influenciar nesse sentido.

Ao mesmo tempo, é mister alertar o setor empresarial sobre tais medidas. Não se pode admitir que o governo continue a propalar que vai desaquecer a economia, que vai promover cortes, de maneira assim geral, porque pode provocar o desaquecimento dos empresários, que começam a se retrair em seus investimen-

tos, com paralisação da economia, desemprego, etc.

O governo vai precisar definir bem os setores que irão crescer mais. Hoje, como disse, a economia brasileira está muito interrelacionada com o setor privado. O setor privado segue de perto os avisos, os estímulos, dados pelo governo.

Em suma, esse peso significativo das empresas estatais na economia pode dar maior mobilidade, mas é preciso ser administrado de forma inteligente.

5a. Pergunta: - Acha o senhor que o salário móvel, com reajustes trimestrais e até mensais, é uma forma viável de devolver aos trabalhadores o poder de consumo, que, como foi ressaltado, perdeu substância real? Seria essa uma medida inflacionária? (Antônio Sérgio Rezende de Campos).

RESPOSTA: Isso depende de serem os reajustes trimestrais ou mensais superiores ou inferiores aos aumentos de produtividade.

O que esses reajustes proporcionariam seria neutralizar os efeitos redistributivos da inflação que, em geral, prejudicam os mais fracos, os de menores recursos, os de menor conhecimento, os trabalhadores em geral.

O reajuste trimestral de salários acabaria fazendo com que os empresários, impossibilitados de ganhar com o mecanismo da inflação e da política salarial vigente hoje, se desinteressassem pela inflação.

E sabido que a inflação veio beneficiando boa parte do setor privado da economia. Nos últimos dois anos, beneficiou especialmente o setor financeiro, o setor especulativo, mercado de capitais, bancos, etc. Agora, para conter a inflação, com a liberação da taxa de juros, os que estão ganhando mais são os bancos, os intermediários financeiros.

A inflação, ao longo da história das economias, serviu muitas vezes para redistribuir a renda. No último livro de John Kenneth Galbralth, cuja tradução portuguesa deverá sair no próximo mês, sob o título «A Moeda - donde veio, para onde foi», o autor expõe como o metal proveniente das Américas, de 1492 a 1680, entrou pela Espanha e foi canalizado para a Inglaterra. Nesse período os preços aumentaram 3,5 vezes, enquanto os salários aumentaram apenas 2° vezes, gerando, pois, uma oportunidade de lucros crescentes para as empresas.

2

3

4

5

6

8

O que Galbraith descreve como ocorrido' nessa época poderia servir de análise para o que ocorreu no Brasil, nos últimos anos.

Diz Galbraith, em certo trecho.

«A mensagem das Américas não foi aquela que trouxe uma alegria universal. Na Espanha. a nova riqueza também levou a uma pressão de salários para cima. Lá, os salários parecem ter acompanhado aproximadamente os passos dos preços. Nos outros lugares da Europa, eles se defasaram muito em relação aos preços, tendo o aumento da população uma possível influência. Os dados disponíveis mostram apenas a ordem da magnitude. Também nesta época, os trabalhadores, notadamente na agricultura, tinham uma renda que não fazia parte dos seus salários monetários. Entretanto, na Inglaterra, entre 1673 e 1682, quando os preços estavam por volta de 3,5 vezes o nível pré-colombiano, é provável que os salários estivessem duas vezes mais altos. Não foi a última vez, e provavelmente não foi a primeira, que a inflação teve um efeito profundo na distribuição da renda, como uma tendência particular de punir mais aqueles que têm menos. A perda daqueles que receberam salários defasados foi, por outro lado, o ganho daqueles que os pagaram, e que receberam preços altos e crescentes. Os resul-'ados foram lucros altos e, posteriormente, uma aceleração geral do comércio e, na sua manifestação mais elementar, o capitalismo industrial. Os altos preços e baixos salários significavam lucros altos. Dos lucros altos, vieram as poupanças altas e um forte incentivo para os investimentos. Ademais, os precos crescentes tornaram fácil ganhar dinheiro, as recompensas materiais do comércio astuto e da manufatura eficiente, eram somados os ganhos, com a passagem do tempo, da habilidade de vender a mesma coisa mais caro. A inflação lubrificava os negócios, por resgatar os negociantes de seus erros de otimismo ou estupidez. Finalmente, pode-se supor que os lucros fáceis davam oportunidades melhores aos nossos empresários que eram, como é o caso mais frequente, os mais enérgicos, agressivos ou imaginativos, ou menos intimidados pelo impossível, do que aqueles que já se achavam no ramo. Foi desta forma que a moeda das Américas, e a inflação resultante, ajudaram o nascimento do capitalismo europeu. Indubitavelmente, ele teria nascido de qualquer modo, mas não pode haver dúvida de que a ajuda foi real.»

Da mesma torma, a inflação tem desempenhado importante papel no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.



O cara que lê bons livros tem idéias na cabeça. Fala fácil. Comunica-se. Cada livro que você lê é um mundo que você fica conhecendo. Um livro custa em média o preço de uma dose de uisque duvidoso, só que ele faz bem pra cabeça e você pode repetir quanto quiser. Leia e verá.

## VERTENTE

Rua Monte Alegre, 1434 Fone: 62-3699

## **II CONCURSO ESCRITA** DE LITERATURA

#### REGULAMENTO

1- O II Concurso Escrita de Literatura, patrocinado pela Vertente Editora Ltda., oferecerá um prêmio de Cr\$ 5 mil ao vencedor, em livros inéditos, de cada uma das seguintes categorias: poesia, conto, romance, estória infantil e ensaio. Além disso, Escrita publicará como encartes os trabalhos vencedores, desde que não ultrapassem os limites de páginas estabelecidos. Não sendo possível a publicação como encarte, o livro será editado pela Vertente. Neste caso o autor terá direito aos 10% habituais sobre o preço de capa menos os Cr\$ 5 mil do prêmio.

2— Todos os candidatos ao concurso deverão enviar seus trabalhos sob pseudônimo, em quatro vias, à revista Escrita, rua Monte Alegre, 1434, 05014 - São Paulo (SP). Em envelope à parte deverão ser colocados o nome real, o pseudônimo, o endereço, dez linhas de dados pessoais, uma foto de no mínimo5cm de largura por7cm de altura e os números da carteira de identidade --- com indicação do departamento que emitiu e da localidade - e do CPF.

3- Os trabalhos deverão ser datilografados em espaço duplo numa só face do papel, com a média

aproximada de 30 linhas por página.

4- Os trabalhos deverão obedecer às seguintes extensões:

- a) poesia: mínimo de 40 e máximo de 80 páginas;
- b) conto: mínimo de 40 e máximo de 80 páginas;
- c) romance: mínimo de 50 e máximo de 100 páginas;
- d) estória infantil: mínimo de 10 e máximo de 80 páginas;

e) ensaio: mínimo de 40 e máximo de 80 páginas.

Quando os trabalhos vencedores ultrapassarem os limites máximos acima determinados serão publicados em forma de livro. Portanto, só à extensão mínima determinada nas referidas letras é obrigatória.

5- Independentemente de autonização dos autores, os trabalhos encartados poderão ser lançados, em forma de livro, na Coleção Econômica, da Vertente. Nesse caso, além do prêmio, seus autores receberão, pois, 10% de direitos autorais sobre as vendas efetuadas.

6- Os trabalhos deverão ser entregues nos seguintes prazos:

- a) poesia: até 30 de abril de 1977;
- b) conto: até 30 de abril de 1977
- c) romance: até 31 de maio de 1977;
- d) estória infantil: até 30 de junho de 1977;
- e) ensaio: até 31 de julho de 1977.
- 7- As datas prováveis para publicação dos trabalhos vencedores como encartes da revista Escrita são as seguintes:
- a) poesia: em setembro de 1977 (em número especial);
- b) conto: em agosto de 1977;

2

CM

4

5

6

- c) romance: em setembro de 1977;
- d) estória infantil: em outubro de 1977;
- e) ensaio: em novembro de 1977.

8— Para publicação dos trabalhos vencedores em forma de livro, a Vertente Editora se reserva a prazo de um ano a partir da publicação do resultado do concurso.

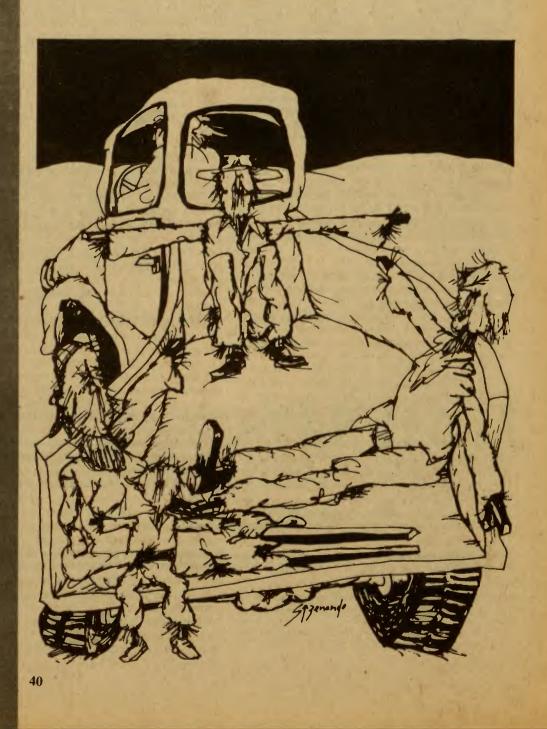
9— Para cada categoria serão dados um 2º e um 3º lugar. A Vertente Editora se reserva o direito de opção, para publicação, sobre esses originais, por 180 dias após a divulgação do resultado do concurso relativo a cada categoria, seja como encarte da Escrita, seja em forma de livro.

10 — Na eventualidade de publicação como encarte de livros classificados em 2º ou 3º lugar, o autor receberá Cr\$ 2 mil de premio.

11 — Os originais apresentados não serão devolvidos.
12 — Os casos omissos serão resolvidos pela direção da revista.

Observação: Em virtude da decisão da Vertente Editora de lançar um número especial da Escrita - Poesia Brasileira em 1977 fica prorrogado de 31 de março para 30 de abril o prazo de entrega dos originais destinados ao concurso nessa categoria.

# Notas sobre o Bóia-Fria



O bóia-fria é um trabalhador assalariado ocasional, temporário. As vezes trabalha bastante, ao longo do ano, mas em períodos intermitentes. Outras vezes trabalha meses sucessivos, seguidos de semanas ou meses de inatividade, ou fazendo um que outro biscate de horas ou dias. Ele se vê como alguém peculiar, residual, em comparação com o assalariado permanente da lavoura ou indústria. Em suas palavras: «O volante não tem salário, nem assistência médica, nem carteira de trabalho...»(1). Quando empregado, trabalha mais horas do que a jornada regular do assalariado permanente, além do tempo de viagem de ida-e-volta de caminhão gasto entre a cidade e o campo «As 10 ou 12 horas de jornada de trabalho, somadas ao tempo gasto com a viagem, totalizam 15 a 16 horas diárias (2). Há exploração e sofrimento na condição do bóiafria, para si e os seus familiares. E há a incerteza de emprego para amanhã.

Mas não são apenas esses os característicos que singularizam o bóia-fria, enquanto um tipo especial de trabalhador assalariado, ou melhor, setor do proletariado rural. O que singulariza o bóia-fria. em face dos outros setores do proletariado rural e também industrial, é o fato de que ele se acha numa posição peculiar nas relações de produção específicas do capitalismo formado no campo brasileiro. Em resumo, esta é a singularidade do bóiafria: ele é um trabalhador que recebe o seu salário com base na realização da tarefa ou empreita; é contratado — verbalmente antes do que por escrito — por tempo limitado, tempo esse que pode durar dias, semanas ou meses, mas não o ano todo; e pode ser arbitrariamente substituído por outro trabalhador, se não realizar a tarefa ou empreita a contento do empreiteiro de mão-de-obra, fazendeiro, usineiro, dono da terra ou da plantação. São instáveis os seus vínculos empregatícios com os compradores da sua força de trabalho. E essa instabilidade se instaura no seu espírito, no seu modo de ser, na sua maneira de dedicar-se ao trabalho, induzindo-o a trabalhar bastante, intensamente, para realizar o máximo de tarefas e não perder o lugar. Para ele, trata-se de ganhar o máximo no menor tempo, isto é, no tempo que se acha empregado: porque o amanhã é incerto.

Há várias explicações sobre a formação do bóia-fria, visto como um setor do proletariado rural. Não é necessário resumir aqui essas explicações, basta apenas mencioná-las: o bóia-fria seria um produto da desagregação das relações de produção vigentes no regime de colonato, que predominou na cafeicultura paulista desde fins do século XIX até cerca de 1930; seria o produto da expansão da demanda e melhora dos preços do açúcar, devido à interrupção do comércio entre os Estados Unidos e Cuba, desde 1960, o que provoca a expulsão do morador das terras das usinas e

plantações de cana-de-açúcar; um produto da política governamental de proteção e estímulo à agro-pecuária na Amazônia, o que leva à transformação de posseiros locais e migrantes, principalmente nortistas e nordestinos, em pedes nas lidas de desmatar, queimar matas e semear capim para a formação de pastagens; seria o produto da crescente importância da agricultura comercial, devido ao acelerado crescimento da população urbana (migração rural-urbana, industrialização, aumento do terciário, etc.), o que provoca o desenvolvimento do mercado interno, e devido ao desenvolvimento do mercado externo consumidor de géneros alimentícios, fibras e outros produtos agrícolas; produto da expansão da lavoura empresarial, estimulada pela crescente importância da agricultura comercial, lavoura essa baseada na tecnologia intensiva (máquinas, fertilizantes, defensivos) altamente estimulada por incentivos, créditos e financiamentos do poder público; seria um produto da valorização das terras férteis, devido à expansão dos mercados interno e externo de gêneros alimenticios, fibras e outros produtos agrícolas, o que induz ao aproveitamento de toda terra fértil e à expulsão de colonos, agregados, moradores ou outros trabalhadores residentes para fora ou longe da fazenda, usina, terra ou plantação; um produto da proletarização do campesinato: sitiantes, parceiros, rendeiros, posseiros ou outros; produto da legislação trabalhista adotada desde 1963, em especial desde a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural; uma expressão importante, ainda que não exclusiva, do exército de trabalhadores de reserva, servindo principalmente à agricultura, mas também à indústria, e, nesse sentido, expressão da crescente unificação do mercado nacional de mão-de-obra; ou, ainda, o bóia-fria seria o produto de vários ou de todos esses motivos combinados.

Todas essas explicações (e outras que poderiam ser lembradas)indicam aspectos importantes para explicar a formação do bóia-fria, em suas diferentes expressões locais, estaduais ou regionais. Apontam aspectos histórico-estruturais básicos. Se pudéssemos refazer aqui essas explicações, ou integrar as suas várias contribuições, talvez fosse possível alcançar uma explicação nova, mais global e convincente. Uma particularidade, no entanto, é comum a todas as explicações mencionadas. Elas reconhecem, de forma explicita ou por implicação, que o bóia-fria é um setor do proletariado rural. Reconhecem que a formação do bóia-fria está relacionada ao desenvolvimento da agricultura capitalista, enquanto modo de organização das forças produtivas e das relações de produção. O bóia-fria seria o último ato, ou um produto avançado, no processo de amadurecimento das classes sociais no campo. No caso do bóia-fria, as relações de produção eliminam totalmente qualquet compromisso com a produção para a subsistência. ou produção de valor de uso. Tudo está organizado para produzir para o mercado, regional. nacional ou externo, produzir valor de troca. A

8

<sup>)</sup> Maria Conceição d'Incao e Mello, O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria, Editora Vozes, Petrópolis, 1975 pg. 137

<sup>(2)</sup> Ibidem, pg. 113.

própria alimentação do bóia-fria, operário que trabalha a terra, é comprada por ele nos mercados, feiras, armazéns, empórios, bares e botequins. E ele tem clara consciência dessa peculiaridade da sua situação. «Hoje só querem plantar uma coisa. Não plantam um milho, um feijão. Se cada um plantasse para si teria tudo isso. Antigamente tinha fartura, se plantava de tudo. Se não se via o dinheiro mas tinha sempre um porco, uma galinha. Hoje, se não tem dinheiro não tem pra onde se virar. O que mata o pobre hoje é que o fazendeiro só planta cana, café, algodão, soja, e isso a gente não come. E é por isso que vem a carestia»(3).

O bóia-fria é um trabalhador sazonal, conlorme exige o ciclo do capital na agricultura. Uma das determinações do capital aplicado na agricultura é o ciclo das estações. Na economia agrícola, as forças produtivas e as relações de produção precisam conformar-se ao andamento das estações. Há um tempo de amanho da terra, outro de plantio e outro de colheita. Algumas inovações tecnológicas podem influir algum pouco nesse andamento; mas pouco. Não podem mudar muito; menos ainda tornar o ciclo de reprodução do capital independente do ciclo das estações. Aí é que se insere o bóia-fria, enquanto assalariado temporário. Ele é mobilizado por um dia, semanas ou meses, segundo a sucessão e a extensão das safras. Enquanto são principalmente assalariados permanentes os que trabalham no preparo da terra, plantio e limpa das plantações, nas safras torna-se necessário mobilizar também trabalhadores avulsos, em quantidade, para realizar a colheita, apanha ou corte na ocasião devida. Cada fruto da terra amadurece no seu tempo. Tanto o café tem a sua época de apanha como a cana-de-açúcar o seu período de corte. E essas tarefas ainda dispõem de escassa ou nula mecanização. A maior parte das atividades de apanha, corte ou colheita envolve trabalho braçal, com frequência de pouca qualificação. Além disso, no preparo da terra, plantio e limpa, já é notável a aplicação de tecnologias especiais (máquinas, ferramentas, aviões, fertilizantes, defensivos, etc.), o que economiza mão-de-obra. Mas continua reduzido o emprego de tecnologia avançada nas fainas das safras. «A mecanização não reduz substancialmente as exigências de mão--de-obra da colheita, mas sim das demais operações »(\*\*). «Enquanto gasta durante o ano 19% em despesas com mão-de-obra para preparar o solo, o proprietário rural despende 60% durante a colheita»(5).

O bóia-fria é um assalariado rural que traba-

(3) Lúcia Helena Sabota. O Trabalho Volante, texto mimeografado elaborando dados colhidos, numa pesquisa feita em Cravinhos, Estado de São Paulo, 1975, pg. 14.

pg. 14.

(4) José Francisco Graziano da Silva e José Garcia Gasques, Diagnóstico Inicial do Volante em São Paulo, Departamento de Economia Rural, Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas, Botucatu, 1976, pg. 31

(5) Lúcio Flávio Pinto, Os Birolos de Votuporanga-, Opinião, Nº 59. Río de Janeiro, 21 de dezembro de 1973, pg.4.

6

5

Caminhoneiro, gato ou turmeiro: ele é o intermediário entre o dono da terra e o bóia-fria.

lha principalmente nas épocas das safras, isto é. da colheita, apanha ou corte de cana-de-açúcar, café, algodão e outros produtos da agricultura comercial. Mas também tem sido mobilizado para tarefas relacionadas ao desmatamento e à queima de matas, ao preparo da terra, ao plantio e à limpa das terras cultivadas, caminhos, estradas, rios, riachos, ribeirões. Em todos os casos, ele é um trabalhador temporário, que pode tanto ser empregado por um dia, como por semanas ou meses. Reside fora das terras do fazendeiro, usineiro, empresário ou companhia. Em geral reside na periferia das cidades, pequenas, médias ou grandes, em casas pobres, casebres, favelas, cortiços. Mas também reside em vilas e povoados situados em áreas agrícolas; ou ainda à beira de estradas, em choupanas, choças ou palhoças. Chama-se de vários nomes, conforme o espírito do lugar, ou a conotação que as pessoas conferem ao seu trabalho e modo de vida: bóia-fria, volante, pau-de-arara, peão, corumba, clandestino, temporário, avulso, eventual, provisório, diarista, tarefeiro, safrista, contínuo, camarada, birolo, baiano, nortista. Algumas denominações são pejorativas como bóia-fria, pau-de-arara, peão, entre outras; outras parecem neutras. Há pesquisadores que consideram o bóia-fria um subempregado, desempregado permanente, trabalhador intermitente, sem-bóia, marginal, exército de reserva. Trabalha sob contrato verbal, com o empreiteiro de mão-de-obra, que é o intermediário entre o proprietário da terra a trabalhar, ou da plantacão, e o bóia-fria. O empreiteiro encarrega-se de arregimentar, transportar, pagar, fiscalizar o desempenho dos trabalhadores e atender eventuais reivindicações trabalhistas ou não do bóia-fria. Na maioria dos casos, o empreiteiro é

2

CM



o proprietário do caminhão que transporta os trabalhadores por dezenas de quilômetros, desde o lugar em que eles residem até às terras por trabalhar. O empreiteiro pode chamar-se também caminhoneiro, chefe de turma ou turmeiro. Inclusive nesse caso há expressões pejorativas, como «gato», por exemplo. Ele contrata o bóia-fria para tarefa ou empreita determinada. E obriga-se a fiscalizar as ativides dos trabalhadores para que o café seja colhido maduro e limpo, ou a cana cortada rente ao chão. O ganho do gato é função do ganho do bóia-fria, e o ganho deste é função da boa e rápida realização da tarefa designada. Daí por que o bóia-fria é induzido a trabalhar intensamente, ao longo do dia, semana, quinzena ou mês.

Da mesma maneira que o bóia-fria é levado a aumentar a própria produção pelo sistema de tarefa, empreita ou outra combinação, o gato tem interesse na maior produção daquele. Dessa forma, o proprietário das terras e culturas obtem os resultados da intensa e extensa mobilização de mão-de-obra, nas ocasiões de necessidade. sem maiores encargos sociais ou trabalhistas. É na ocasião das safras que o item mão-de-obra se torna particularmente importante e premente, em comparação com o capital aplicado em máquinas, implementos, fertilizantes, defensivos.

Em geral, é bastante reduzido o instrumental de trabalho necessário à realização da faina do bóia-fria. Pode ser o machado, como no caso do peão que desmata terras na Amazônia; ou o fação, como no caso do pau-de-arara que corta cana na área de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo; ou, ainda, uma peneira,

como no caso do volante que colhe café no norte do Estado do Paraná. E mínimo e simples o equipamento técnico necessário ao trabalho do bóia-fria. O seu trabalho é minimamente potenciado por um ou outro instrumento. O'principal e praticamente exclusivo, no desempenho do seu trabalho, é a sua força de trabalho. Esta deve empregar-se de forma exclusiva, ou com escassa mediação instrumental. Por isso o bóia-fria só pode aumentar a sua produção pela extensão da jornada de trabalho, o alongar do dia em dez ou doze horas de lida. A produção depende exclusivamente, ou quase, do dispêndio de energia, de força de trabalho, por parte do trabalhador. Mas o que ocorre sempre é a longa jornada, praticamente o único recurso para realizar maior número de tarefas' e aumentar o ganho.

No caso do boia-fria, trabalhador temporário residente longe das terras a trabalhar e sob a responsabilidade social do «gato», o capital aplicado em salário aplica-se na quantidade exata da precisão do fazendeiro, usineiro, empresário ou companhia. Não há qualquer custo suplementar, além do estritamente necessário para integralizar o salário do bóia-fria, do qual o gato retira o seu percentual. «Pessoa de confiança do empregador, o turmeiro seleciona os que melhor trabalham. Por causa dessa mesma confiança, ele é também encarredo de efetuar o pagamento da turma. Paga o bóia-fria por dia de serviço ou pela tarefa realizada. Já a forma de pagamento do gato varia de acordo com o trato que ele faz com o fazendeiro. Ou seu ganho é retirado de parte do salário dos trabalhadores, ou o proprietario lhe paga por cabeça; ou, ainda, ele próprio cobra uma taxa por transporte de cada traba-

# "O bóia-fria canta, É pobre e canta, o coitado. Ainda acredita que um dia a vida vai mudar".

lhador»(6). Assim, o bóia-fria trabalha para manter o gato, reproduzir as condições de vida deste. Ao mesmo tempo, ao lado de outros assalariados, permanentes ou não, participa do custeio, ou reprodução das condições de vida; do fazendeiro, usineiro, empresário ou diretores da companhia.

O que distingue o bóia-fria, em sua especificidade, pois, não são apenas as suas condições de vida, ou sofrimento, em face das condições de vida do gato e dos outros. Não são apenas as condições duras de trabalho, na apanha do café nos cafezais, no corte da cana nos canaviais, ou na derrubada das árvores nas matas que distinguem o bóia-fria do assalariado permanente, ou mesmo residente, nas terras da fazenda, usina ou plantação. O que singulariza o bóia-fria é que ele é produtor de mais-valia absoluta. Ele produz um lucro de tipo especial para o proprietário da terra, usina, mata ou plantação. A despeito de ser um assalariado temporário, quando está a trabalhar é obrigado a trabalhar longa e intensamente. O regime de pagamento por tarefa, a condição temporária do emprego, e o fato de que pode ser arbitrariamente substituído por outro bóia--fria, se não produzir a contento, tudo isso induz o bóia-fria a realizar um sobre-trabalho de tipo especial, porque baseado exclusivamente, ou quase, na sua energia, na sua força de trabalho; isto é, um sobre-trabalho com escasso apoio em ferramentas ou meios técnicos. Na maioria dos casos, o bóia-fria usa ferramenta ou instrumento simples: machado, foice, fa-

(6) Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, Elementos para Discussão sobre o Trabalho Volante na Agricultura Paulista, São Paulo, 1976, mimeografado, pg. 14.

5

6

cão, enxada, peneira, etc. Nessas condições de produção, o sobre-trabalho realizado pelo bóia-fria produz a mais-valia absoluta. Tratase da mais-valia que resulta da extensão da jornada de trabalho além do limite necessário à produção dos meios suficientes à reprodução da vida do trabalhador e sua família. Aparte o trabalho necessário que desenvolve para reproduzir as próprias condições de vida, ele é obrigado a realizar um trabalho excedente, cujo produto serve à reprodução das condições de vida do gato e participa da reprodução das condições de vida do fazendeiro, usineiro, empresário ou diretores da companhia. A realização desse trabalho excedente, que dá origem à mais-valia absoluta, é facilitada pela prática do sistema de pagamento por tarefa, empreita ou outra combinação semelhante. Esse sistema, como foi dito, induz o bóia-fria a trabalhar intensamente e por longas horas (dez a doze horas diárias) para que possa realizar o máximo de ganho durante o tempo limitado em que se encontra empregado. Ao mesmo tempo que trabalha para aumentar o seu ganho, realiza mais trabalho excedente, do qual resultam maiores rendimentos para o gato e o proprietário da terra ou plantação. Assim, as condições sob as quais o bóia-fria é empregado garantem que ele realize (com bastante autonomia, ou reduzido constrangimento, por parte do gato ou do proprietário) o máximo possível de trabalho excedente, trabalho este que gera a mais-valia absoluta. As mesmas relações de produção que geram o bóia-fria são responsáveis pela produção da mais-valia absoluta. O bóia-fria, o gato e o proprietário da terra ou plantação, todos têm interesse na intensificação do trabalho e na extensão da jornada de trabalho (o que aumenta o dispêndio de força de trabalho) do bóia-fria.

Nessas condições, o bóia-fria desenvolve uma consciência social muito própria. A partir da sua particular experiência de vida, enquanto trabalhador volante e provisório, obrigado a trabalhar intensamente, para realizar o máximo de ganho durante o limitado tempo de emprego, ele procura organizar o seu entendimento sobre qual é a sua situação real e quais as possibilidades de mudar. Busca caminhos alternativos para uma condição basicamente insatisfatória, de exploração e sofrimento. O esboço dessas opções aparece nas declarações de alguns bóias-frias, homens e mulheres, jovens e maduros. «Isto de rico e pobre já vem de longe, quando a terra não era vendida; os ladinos cercaram a terra e os outros ficaram com a boca aberta e trabalharam para os outros; naquele tempo os mais espertos pegaram tudo; os outros bobos; agora já não é mais; quando se é pobre é difícil ficar rico; traba-lhando não fica rico»(7). «O bóia-fria canta, é contente. È pobre e canta, o coitado. Ainda acredita que um dia a vida vai mudar. Mudar não vai, mas falar isso pra eles... pra quê? Deixa eles pensar. A gente xinga, conversa, ri e enquanto isso a vida passa» (8). «Se tivesse uma fábrica eu ia me empregar lá, porque o serviço é certo e o ordenado é fixo»(9). «A situação melhorava se o governo desse um pedaço de

terra para nós. Nós melhoramos só se o governo ajudar. Mas o governo não quer ajudar. Não dá terra nem emprego para nós...Sozinhos não se pode fazer nada. O jeito é ir tenteando» (10). «Queria que eles (os filhos) estudassem para ter um futuro melhor, mas não dá. Eles precisam ajudar na colheita. Faltam à escola... Acabam repetindo de ano» (11). «Abaixo de Deus está os dereito» (12). «Hoje o sindicato tá mais do lado do patrão. O sindicato era pra isso, pra reunir os trabalhador e se o fazendeiro num quisesse fazer daquele preço, todo mundo parava como os trabalhador da indústria. Tem gente que fala mal do sindicato por trás, diz isso e aquilo. Tinha de falar na frente, saber porque num faz conforme é nosso direito» (13).

Essas declarações expressam algumas das tendências da compreensão que o bóia-fria, individual ou coletivamente, tem da própria situação. Mas as diferentes tendências presentes na compreensão que ele possui das próprias condições e possibilidades de vida não são exclusivas, nem sucessivas. Elas simplesmente estão presentes em todos, ainda que em gradações diversas em cada um. E podem polarizarse, tornar-se mais nítidas, articuladas. Vejamos, em forma breve, quais são as polarizações que parecem esboçadas pela consciência social do bóia-fria.

È claro que o bóia-fria começa por sentir-se inseguro, instável, quanto aos mínimos econômicos indispensáveis à própria existência e à da sua família. Pode ganhar bastante numa época, devido à intensidade com que se dedica às tarefas, mas em seguida pode estar sem dinheiro para comprar comida, remédio, roupa, bebida, ou pagar aluguel. A irregularidade do emprego e a precariedade ou nulidade das garantias trabalhistas tornam o bóia-fria propenso a uma compreensão particularmente aguda da sua condição de operário volante, provisório. Diante dessa situação, ele começa por almejar um emprego estável, na agricultu-

ra ou na indústria, no campo ou na cidade. Trata-se de conseguir trabalho permanente, certo, com salário fixo, registro regular, direitos e deveres contratuais claramente definidos. Essa é, provavelmente, a primeira certeza que ele busca. Mas o bóia-fria pode também ambicionar um pedaço de terra, se o governo ajudasse. Há aqueles que imaginam que o governo poderia ou deveria dar terras aos que sabem e querem plantar. Não está em jogo a idéia de reforma agrária, em todas as suas implicações; está em jogo apenas a convicção de que alguma terra deveria caber àqueles que sempre viveram da terra, que foram posseiros, sitiantes, rendeiros, parceiros, colonos, moradores, agregados ou outros, àqueles que sabem preparar o chão, semeá-lo, cuidar das plantas e colher os frutos da terra. Essa é, provavelmente, uma segunda certeza que ele busca. Há também o caso do bóia-fria que almeja reunir poupanças suficientes para comprar um lote. sítio ou canto de terra. Imagina que com o seu trabalho e o de seus familiares, mulher, filhos, parentes, sadios ou doentes, ele poderá reunir recursos financeiros suficientes para sair daquela situação, ganhar a estabilidade e as raízes que já teve ou que nunca teve. Essa é, provavelmente, uma terceira certeza que ele busca. Mas também há o bóia-fria que sente que para ele a instabilidade é uma situação permanente. Vive há vários ou muitos anos volante e provisório, circulando por diferentes safras e regiões agrícolas. Já elaborou uma compreensão relativamente clara da permanência da própria condição. Esse pensa na conquista de direitos trabalhistas, na reivindicação dos seus direitos, na atividade sindical. Elabora mais articuladamente os elos e as relações que compõem o círculo vicioso da sua condição: emprego temporário, pela sazonalidade das safras, emprego esse instável por isso e pela competição dos outros permanentemente empregados-desempregados e ganho baseado na execução de tarefa. Ele parte do reconhecimento da sua condição real, de instabilidade e insegurança econômica, para querer alguma definição dos seus direitos de operário. Ele se pensa como operário agricola, volante e provisório, como uma categoria social singular, ao lado do operário agrícola empregado o ano todo, ao lado do operário industrial empregado o ano todo. È a sua condição especial, de empregado-desempregado, de trabalhador intermitente, que lhe abre uma perspectiva de entendimento especial. Sabe-se mais explorado que os outros. Sabe que a sua jornada de trabalho é mais longa e o seu tempo de emprego é mais curto do que a jornada e o tempo de emprego de todos os outros operários. Essa é, provavelmente, uma quarta certeza que ele busca.

8

17

18

16

ուլուկույիությունիությունիությությունիությունիությունիությունիությունի 15

14

12

<sup>(7.)</sup> Verena Martinez-Alier, -As Mulheres do Caminhão de Turma-, Debate & Critica, Nº 5, São Paulo, 1975, pgs. 59-85; citação da pg. 72.

<sup>(8)</sup> Liane Muhlenberg, «Isolina, Bóia-Fria», Cadernos de Debate, Nº 2, São Paulo, 1976, pp. 9-12; citação da

<sup>(9)</sup> Maria Conceição d'Incao e Mello, O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria, citado, pg. 137.

<sup>(10)</sup> Maria Conceição d'Incao e Mello, op. cit., pg. 138. (11) Maria Conceição d'Incao e Mello, op. cit., pg. 145.

<sup>(12)</sup> Lúcia Helena Sabóia, O Trabalho Volante, citado, pg.

<sup>(13)</sup> Lúcia Helena Sabóia, op. cit., pg. 23





## **BIBLIOGRAFIA**

Indica-se a seguir uma pequena bibliografia a respeito dos assuntos tratados neste número de *Escrita/Ensai*o. Em conseqüência da lentidão e do caráter de nosso movimento editorial e da dinâmica da produção científica brasileira — que faz com que muitas investigações permaneçam enclausuradas nas universidades ou circulem apenas entre um reduzidissimo número de pessoas — toi necessário estabelecer determinados critérios de «seleção», que visam unicamente encaminhar os leitores aos trabalhos mais significativos e acessíveis.

Selecionaram-se, portanto, apenas obras publicadas sob a forma de livro, com o que muitas teses universitárias e diversos artigos inseridos em revistas especializadas deixaram de ser citados. Além disso, em virtude da restrição imposta pelo próprio debate a respeito da atual crise brasileira, é inegável (e inevitável) que importantes livros de caráter geral, relativos a outros problemas ou a anteriores periodos da tormação histórica brasileira, não foram mencionados.

A «seleção» abrange, neste sentido, apenas títulos diretamente referidos à problemática debatida. E inclui, naturalmente, trabalhos elaborados a partir de diversas (e mesmo divergentes) perspectivas teóricas e políticas.

A bibliografia tem única e exclusivamente o objetivo de sugerir indicações para futuras investigações e novos debates sobre os problemas aqui examinados. Não pretende ser exaustiva e nem infalível, admitindo que muitos trabalhos importantes poderão ter sido esquecidos.

MICHIN, S.S.

O Processo de Concentração de Capital
no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização
Brasileira, 1972.

NETO, Antônio Delfim e PINTO, Carlos Alberto O Café no Brasil, Rio de Janeiro, Edição do IBC, 1971.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de As Forças Armadas. Política e Ideologia no Brasil (1964-1969), Petrópolis, Vozes, 1976

OLIVEIRA, Francisco e SÁ JR., Francisco Questionando a Economia Brasileira, Seleções CEBRAP nº 1, São Paulo, Bra-siliense, 1976.

PEREIRA, L.C. Bresser

Desenvolvimento e Crise no Brasil. Segunda edição. São Paulo, Brasiliense, 1973. Empresários e Administradores no Bra-sil, São Paulo, Brasiliense, 1974.

PINSKY, Jaime (org.)

Capital e Trabalho no Campo, São Paulo, Hucitec, 1977.

PRADO JR., Caio História Econômica do Brasil. Décima-sétima edição. São Paulo, Brasiliense, 1974 A Revolução Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1966. História e Desenvolvimento, São Paulo, Brasiliense, 1972.

SACHS, Ignacy Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1969.

SILVA, José Gomes da A Reforma Agrária no Brasil (Frustração Camponesa ou Instrumento do Desenvolvimento?), Rio de Janeiro, Zahar,

SILVA, Sérgio Expansão Caleeira e Origens da Indús-tria no Brasil, São Paulo, Alfa-Òmega,

SIMONSEN, Mário Henrique
Brasil 2001, Rio de Janeiro, APEC, 1969.

SIMONSEN, Mário Henrique e CAMPOS, Roberto de Oliveira A Nova Economia Brasileira, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

SINGER, Paul Israel Desenvolvimento e Crise. Segunda edi-ção. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Força de Trabalho e Emprego no Brasil 1920-1969, Cadernos CEBRAP nº 3, São Paulo, CEBRAP, 1971.

O «Milagre Brasileiro»: Causas e Conse-qüências, Cadernos CEBRAP nº 6, São Paulo. CEBRAP, 1972. A Crise do «Milagre» (Interpretação Critica da Economia Brasileira). Terceira edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SKIDMORE, Thomaz Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Quinta edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck Formação Histórica do Brasil. Nona edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. História da Burguesia Brasileira. Terceira edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. Brasil: Radiografia de um Modelo, Petró-polis, Vozes, 1974.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo Os Efeitos da Minidesvalorização na Economia Brasileira, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. Política Econômica Brasileira e internacional, Petrópolis, Vozes, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição

Qa Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Quarta edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (org.)
A Controvérsia sobre Distribuição de
Renda e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

VELHO, Otávio Guilherme Capitalismo Autoritário e Campesinato, São Paulo, Difel, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck

Liberalismo E Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Estudos sobre o Proletariado Brasileiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1970.

Problemas Agrário-Camponeses do Bra-sil. Segunda edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

47

VINHAS, M.

ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon de (org.)
Classes Médias e Política no Brasil, Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

BACHA, Edmar Lisboa
Os Mitos de uma Década (Ensalos sobre
a Economia Brasileira), Rio de Janeiro,
Paz e Terra, 1976.

BAER, Werner
A Industrialização e o Desenvolvimento
Econômico, Rio de Janeiro, Fundação
Getúlio Vargas, 1966.
Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro,
Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

BANDEIRA, Moniz
Presença dos Estados Unidos no Brasil
(Dols séculos de História), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
Cartéis e Desnacionalização (A experiêncla brasileira: 1964-1974). Segunda
edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

CANO, Witson
Raizes da Concentração Industrial em
São Paulo, São Paulo, Difel, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique
Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico. Segunda edição. São Paulo, Difel, 1972.
O Modelo Político Brasileiro. Segunda edição, São Paulo, Difel, 1973.
Autoritarismo e Democratização. Segunda edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CASTRO, Antonio Barros de Sete Ensalos sobre a Economia Brasileira (2 volumes), Rio de Janeiro, Forense, 1969-1971.

CUPERTINO, Fausto

A Concentração da Renda no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
Os Contratos de Risco e a Petrobras, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
População e Saúde Pública no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

DUQUE, Hélio
A Luta pela Modernização da Economia
Cafeeira (Assim agem as multinacionais), São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

FERNANDES, Florestan

A Revolução Burguesa no Brasil. Segunda edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FURTADO, Celso
Formação Econômica do Brasil. Décimaterceira edição. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1975.
Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
Um Projeto para o Brasil, Rio de Janeiro, Saga, 1969.
Análise do «Modelo» Brasileiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

6

8

GUIMARAES. Alberto Passos

Quatro Séculos de Latifúndio. Terceira
edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra,
1975.
Inflação e Monopólio no Brasil, Rio de
Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

HOFFMANN, Helga
Como planejar nosso desenvolvimento?,
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,
1963.
Desemprego e Subemprego no Brasil,
São Paulo, Ática, 1977.

IANNI, Octavio

Estado e Capitalismo (Estrutura Social e Industrialização no Brasil), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

O Colapso do Populismo no Brasil. Terceira edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Segunda edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

A Classe Operária Vai ao Campo, Cadernos CEBRAP nº 24, São Paulo, Brasiliense, 1977.

KOWARICK, Lúcio
Estratégias do Planejamento Social no
Brasil, Cadernos CEBRAP nº 2, São
Paulo, CEBRAP, 1972.

KOWARICK, Lúcio e BRANT, Vinicius Caldeira (coord.)

São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza,
São Paulo, Loyola, 1976.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia
Parceria e Capitalismo, Rio de Janeiro,
Zahar, 1977.

MAGALHÃES, Sérgio
Problemas do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

MARTINS, Carlos Estevam
Brasil-Estados Unidos: dos 60 aos 70,
Cadernos CEBRAP nº 9, São Paulo,
CEBRAP, 1972.
Capitalismo de Estado e Modelo Político
no Brasil, Rio de Janeiro, Edições do
Graal, 1977.

MARTINS, José de Souza

A Imigração e a Crise do Brasil Agrário,
São Paulo, Pioneira, 1973.
Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo, Pioneira, 1975.

MARTINS, Luciano
Industrialização, Burguesia Nacional e
Desenvolvimento (Introdução à Crise
Brasileira). Rio de Janeiro, Saga, 1968.
Nação e Corporação Multinacional (A
Política das Empresas no Brasil e na
América Latina), Rio de Janeiro, Paz e
Terra, 1975.

MELLO, Maria Conceição D'Incao e O «Bóia-fria»: Acumulação e Miséria. Quinta edição. Petrópolis, Vozes, 1977.

2

cm 1

3

4

#### LIVROS DA VERTENTE POR REEMBOLSO

(	) UM DOIDO NO QUARTEIRÃO - Antonio Contente	. 60,00
ì	OS MENINOS - Domingos Pellegrini Jr	
ì	O URSO - William Faulkner	
7	CAFARNAUM - Wladyr Nader	
7	) DIÁLOGO (2º edição) - Samuel Rawet	
	) FREUD PARA CRIANCAS - Louise Armstrong e Whitney Darrow, Jr	
	CONFISSÕES DE UMA MÁSCARA - Yukio Mishima	
)	) HEMINGWAY PARA CRIANÇAS - Ernest Hemingway	
)	) A FESTA (2° edição) - Ivan Ângelo.	,
)	) A VARINHA DO CAAPORA (3° vls.) -Antonieta Dias de Moraes	
)	CAMISA-DE-FORÇA - Wladyr Nader	
,		. 40,00
)	) SEM SAHIDA- Zélio	. 8,00
)		,
(	) A ÁRVORE DOS DESEJOS - William Faulkner	
(	) ESPINHA DORSAL - Wladyr Nader	50,00
1	) OS CANTOS DE MALDOROR - Lautréamont	60.00
}		30,00
)	) LIÇÕES DE PÂNICO - Wladyr Nader	180,00
(	) ESCRITA, assinatura anual	780,00
		. 90,00
1	SCRITA, assinatura semestral	
1	) ESCRITA/ENŞAIO(n°s)	
7	) ESCRITA/LIVRO(n°s)	
,	Coleção Econômica	20,00
	( ) HISTÓRIAS DA TERRA TRÊMULA - Moacyr Scliar	15,00
	( ) SABOR DE QUÍMICA - Roniwalter Jatobá de Almeida	
	( ) SIM SINHOR, INHOR SIM, POIS NÃO Antônio Possidônio Sampaio .	
	Tolim divition, introli dimi, i did ivadi, Alifolila i assidalila daliipala.	70,00
	Total de volumes: Total em Cr\$:	
	Total de volumes. Total em Org.	
	Nome:	
	Endereco:	
	Cidade:	
	CFP:	
	Estado:	
	Lotado	

#### Pedidos à

Vertente Editora Ltda. - Rua Monte Alegre, 1434 - Fone: 62-3699 - 05014 - São Paulo —SP

#### O URSO de William Faulkner

RESERVE JÁ O SEU EXEMPLAR

Uma das maiores estórias de aventuras da literatura mundial Cr\$ 50,00

> Também por reembolso postal. Pedidos à Vertente Editora Ltda. Rua Monte Alegre, 1434 - Fone: 62-3699 05014-São Paulo (SP)

## **OUTRO-SIM**

BREVE NA PRAÇA

## **OUTRO-SIM**

JORNAL DE HUMOR

## **OUTRO-SIM**

MAIS UM LANÇAMENTO

VERTENTE EDITORA

Rua Monte Alegre, 1434 São Paulo casos, cartuns, fotos, artigos,
ensaios, contos, charges, sátiras,
fábulas, chufas, chistes, versos,
piadas, passagens, papos, críticas,
paródias, motejos, ditirambos, burlas,
quadrinhos, devaneios, rapsódias,
remoques, anedotas, alegorias e



DOIS NOVOS LANÇAMENTOS DA VERTENTE:

## OS MENINOS

de Domingos Pellegrini Jr. UM DOIDO NO QUARTEIRÃO

> de Antonio Contente

JÁ NAS LIVRARIAS

#### ASSINE ESCRITA

Desejo assinar Escrita a partir do nº.
() por um ano (Cr\$ 180,00.
() por seis meses (Cr\$ 90,00).
Solicito o envio gratulto dos seguintes números atrasados.

(três para assinatura anual, dois para semestral)

Nome:
Endereço:
Cidade.
Estado.

**ATENÇÃO** 

Segue vale postal ()/ cheque visado () para Vertente Editora Ltda. - Rua Monte Alegre, 1434 Fone.: 62-3699 - 05014 - São Paulo (SP)

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 CEDEM 11 12 13 14 15 16 17 18

## ESCRITA emsaio 1

## **CULTURA BRASILEIRA**

Carlos Nelson Coutinho: Notas sobre a «Questão Cultural» no Brasil.

Otto Maria Carpeaux: Notas para o Debate

Nelson Werneck Sodré: Cultura Nacional: Esmagada mas Viva.

Dyonélio Machado: A Literatura como Consciência do Povo.

José Ramos Tinhorão: Crise Cultural é da Classe Média.

Ferreira Gullar: Considerações em torno do Conceito de Cultura Brasileira.

# ESCRITA 3

## A EMPRESA NACIONAL NO BRASIL:

- sua história, seus problemas, seu futuro
- burguesia nacional: uma classe falida?
- estatização e nacionalização
- burguesia estatal: uma nova classe ?

## Em agosto nas bancas

Colaborações poderão ser enviadas, até 20 de julho, ao Conselho Editorial, que se reserva o direito de realizar a seleção final, publicando ou não o material recebido.

Vertente Editora: Rua Monte Alegre, 1434 — 05014 — São Paulo (SP). «A crise atual não se resolve com a mudança do regime, na medida mesma em que não é uma simples crise de regime e sim de modelo de desenvolvimento econômico, social e político.»

#### **CARLOS ESTEVAM MARTINS**

«Se efetivamente desejamos sair do pântano em que se meteu parcela dos críticos do milagre, não basta denunciar as insuficiências gritantes de suas análises e propostas. Faz-se mister definir o caráter particular que assumiu o capitalismo monopolista de Estado no Brasil, bem como desvendar sua dinâmica no período recente.»

JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

«A participação crescente do Estado, em parte, foi gerando um setor autônomo. A tecnoburocracia estatal foi criando uma certa autonomia. Muitos, no setor estatal, foram verificando que poderiam ter outros objetivos, que não apenas os da economia privada.»

### **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

«O que singulariza o bóia-fria, em face dos outros setores do proletariado rural e também industrial, é o fato de que ele se acha numa posição peculiar nas relações de produção específicas do capitalismo formado no campo brasileiro.»

**OCTAVIO IANNI** 

6

cm

CEDEM 11 12 13 14 15 16 17 18